

GiSELE FERREIRA DE LIMA

**UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DO TERCEIRO SETOR NA
IMPLEMENTAÇÃO DO GASTO SOCIAL NO BRASIL: PERÍODO DE 2007 E 2008**

Monografia apresentada à disciplina de Monografia do Curso de Ciências Econômicas, do Departamento de Economia, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Prof. Ana Lúcia Jansen de Mello Santana

CURITIBA

2009

TERMO DE APROVAÇÃO

GISELE FERREIRA DE LIMA

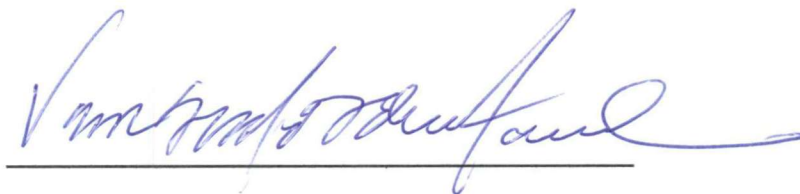
UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DO TERCEIRO SETOR NA IMPLEMENTAÇÃO DO GASTO SOCIAL NO BRASIL: PERÍODO DE 2007 E 2008.

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas pelo Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:



Prof. Ana Lúcia Jansen de Mello de Santana
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Luiz Vamberto de Santana
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Maurício Aguiar Serra
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 08 de dezembro de 2009.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	VI
RESUMO	VII
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 GASTO SOCIAL	
2.1 Noções Gerais sobre gasto social	3
2.1 Neoliberalismo e o papel do Estado.....	5
2.3 Descentralização e novas perspectivas do gasto social com o advento Constituição Federal de 1988	9
3 PAPEL DO TERCEIRO SETOR NO GASTO SOCIAL	
3.1 Breve histórico do Terceiro Setor.....	12
3.2 Desenvolvimento do Terceiro Setor no Brasil.....	14
3.3 Conceito Político e econômico de Terceiro Setor. Algumas características.....	18
3.3.1 Organizações do Terceiro Setor.....	22
3.4 Críticas.....	25
4 FORMAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS	
4.1 Doações de pessoas físicas	30
4.2. Empreendedorismo social.....	31
4.3 Responsabilidade social empresarial.....	33
4.4 Captação de recursos públicos.....	36
4.4.1 Auxílios e Contribuições e Subvenções.....	37
4.4.2 Convênios.....	38
4.4.3 Contratos de Gestão.....	39
4.4.4 Termos de Parceria.....	39
4.4.5 Comparações.....	41
4.4.6 Imunidades e isenções.....	41
5 ANÁLISE DOS CENSOS SOBRE O TERCEIRO SETOR	
5.1 Censo de São Bernardo do Campo/SP.....	47
5.2 Diagnóstico do Terceiro de Setor de Belo Horizonte/MG.....	53
5.3 Comparações	56
6 CONCLUSÃO.....	58

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....60
ANEXOS.....63

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1 – DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO FEDERAL PELA ÓTICA DO USO – R\$ EM MILHÕES CORRENTES – PERÍODO DE 2000 A 2007.....	43
TABELA 2 - GASTOS TRIBUTÁRIOS DIRECIONADOS ÀS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS NO ANO DE 2008.....	44
FIGURA 1- COMPARAÇÃO DO VALOR TOTAL DE GASTOS TRIBUTÁRIOS COM AQUELES ESPECÍFICOS PARA ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS.....	45
FIGURA 2 – ORGANIZAÇÕES FORMAIS E INFORMAIS.....	48
GRÁFICO 1: COMPARATIVO ENTRE POPULAÇÃO TOTAL E PARCELA BENEFICIADA POR PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR	49
TABELA 3: ORIGEM DOS RECURSOS.....	50
TABELA 4: ORIGEM DE RECURSOS ORGANIZAÇÕES COM MENOS R\$ 5 MILHÕES DE RECEITA.....	52
TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO RECEITAS NAS ORGANIZAÇÕES DE BELO HORIZONTE.....	54
TABELA 6: ORIGENS DOS RECURSOS EM BELO HORIZONTE.....	55

RESUMO

O gasto social brasileiro é um tópico de grande relevo na sociedade, pois as desigualdades econômicas e sociais vislumbradas podem ser diminuídas com a sua correta implementação. O presente trabalho analisa a importância do terceiro setor nesse contexto, demonstrando suas origens, conceitos e principalmente as formas de captação de recursos para as organizações que fazem parte desse setor.

Importante analisar os dados coletados pelos Censos realizados em dois municípios, São Bernardo do Campo em São Paulo e Belo Horizonte em Minas Gerais. A realização destes Censos contribuiu para esclarecer a importância do terceiro setor na sociedade, demonstrando o montante de valores movimentados e suas principais fontes de recursos.

Palavras-chave: Gasto Social, Terceiro Setor, Organizações sem Fins Lucrativos, Captação de Recursos, Censos Municipais do Terceiro Setor.

INTRODUÇÃO

O papel econômico do Governo está muito além da simples perspectiva que o mesmo é responsável pela política econômica e fiscal implementada. O governo também é responsável pelo chamado Gasto Social. Existe uma restrição de recursos frente a uma demanda crescente por investimentos na área social.

Importante salientar que a elevação da qualidade do gasto público acarreta a elevação da produtividade da economia como um todo, pois, os gastos sociais podem influenciar no aumento da produtividade do trabalhador, na medida que reduzem a incidência de doenças, com a prevenção na área da saúde, com investimentos em saneamento básico e com uma boa educação, o que torna o indivíduo mais qualificado.

A política social brasileira tem como marco jurídico a Constituição Federal promulgada em 1988, que elenca inúmeros direitos fundamentais, ampliando o leque de deveres do Governo para garantir o gozo desses direitos e garantias.

Com o ideário neoliberal e a verificação de que o Governo não possuía meios suficientes para atender sozinho a todas as crescentes demandas sociais, o Terceiro Setor passa a ser visto com outro olhar, sendo que o Governo acaba atribuindo-lhe gradativamente parcelas importantes da implementação das políticas sociais.

O Terceiro Setor é mais desenvolvido nos países desenvolvidos, mas atualmente encontra-se em franco desenvolvimento nos países subdesenvolvidos e por isso eleva-se o interesse pelo estudo do tema, principalmente sobre as origens de seus recursos e o montante movimentado pelas organizações sem fins lucrativos. Portanto o principal objetivo do trabalho é analisar dados quantitativos sobre esse Setor que se encontra em destaque no País.

O estudo foi estruturado em quatro partes. O primeiro capítulo apresenta as noções de gasto social, a visão neoliberal no mundo e no Brasil, a descentralização e as novas perspectivas do gasto social no país com a promulgação da Constituição Federal em 1988.

O segundo capítulo traz o histórico do terceiro setor no mundo e especificamente no Brasil, bem como esclarece o conceito político e econômico do setor, bem como algumas de suas características principais e ainda o estudo das

organizações que formam o terceiro setor brasileiro. Ainda no segundo capítulo é destacada a crítica realizada por Carlos Mõntano ao crescimento do terceiro setor, sendo que o autor ressalta que o Estado é ente legítimo para tratar das questões sociais, não sendo correta a transmissão dessas tarefas ao terceiro setor.

O terceiro capítulo aborda as formas de captação de recursos pelas organizações sociais. Analisa-se a doação por pessoas físicas e jurídicas, o empreendedorismo social, a responsabilidade social empresarial que destaca a participação das empresas no desenvolvimento de ações sociais. A captação de recursos públicos também é essencial com o estudo dos auxílios, contribuições, subvenções, dos convênios entre poder público e organizações e os específicos contratos de gestão fixados com as Organizações Sociais (OS) e os termos de parceria com as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). No tocante às imunidades e isenções concedidas pelo governo Federal, é realizada uma análise dos gastos tributários através dos dados constantes no site da Receita Federal, demonstrando o percentual de gastos tributários destinados às organizações sem fins lucrativos em relação ao montante global.

No último capítulo são analisados os dados levantados através de Censos realizados em dois municípios brasileiros: São Bernardo do Campo em São Paulo e Belo Horizonte em Minas Gerais. Os dados demonstram o número de organizações do terceiro setor existentes, as fontes de recursos captados, o tamanho relativo e absoluto dos recursos públicos e privados no orçamento das instituições observadas. Através dos Censos foi possível perceber a dimensão do terceiro setor naqueles municípios, deixando evidente sua importância e sua capacidade em desenvolver ações sociais abrangentes.

2. GASTO SOCIAL

2.1 NOÇÕES GERAIS DE GASTO SOCIAL

Política social é alvo de extensa literatura. Por isso é complicado chegar a um conceito único que abranja a atuação governamental na área social.

O presente trabalho busca analisar a atuação do chamado terceiro setor em conjunto com o governo na área social através da realização de dispêndios, isto é, gasto público voltado a atender as chamadas demandas sociais. O gasto público, que é previsto através do orçamento, é uma forma factível de analisar a implementação das chamadas políticas públicas.

Assim, tal forma de aferição pode ser elemento importante para avaliação da adequação do suporte financeiro a um conjunto de programas e ações destinadas a proporcionar satisfação social à população.

Resende (2001, p. 317) enfatiza que “uma das formas mais efetivas da atuação do governo, com o fim de obter a redução das desigualdades, é promover a expansão dos gastos sociais e sua focalização nas camadas mais pobres da população.”

Porém a política social não é totalmente realizada através da previsão orçamentária do gasto, a política social deve ser compreendida como um conjunto de programas e ações do Estado, que devem se dar de forma continuada, e cujo objetivo central é o atendimento de necessidades e direitos fundamentais que constituem as condições básicas de vida da população, principalmente os que tratam sobre pobreza e desigualdade.

Importante lembrar que esses direitos e necessidades têm sua gênese no processo histórico de cada sociedade.

CASTRO (2008, p.08) enfatiza que:

Em sentido mais amplo, pode-se dizer que uma política social busca:

- a) atender às demandas por maior igualdade – seja de oportunidade ou de resultados – entre indivíduos e/ou grupos sociais; e
- b) promover a solidariedade social mediante a garantia da segurança ao indivíduo em determinadas situações de dependência, ou vulnerabilidade, entre as quais se podem citar:

Incapacidade de ganhar a vida por conta própria em decorrência de fatores externos, que independem da vontade individual;

- Vulnerabilidade em virtude do ciclo vital do ser humano – crianças e idosos, por exemplo, e
- Situações de risco, como em caso de acidentes- invalidez por acidente etc...

As ações sociais que visam atender essas necessidades e direitos circunscrevem-se no âmbito interno de organismos estatais que são preparados para efetuar a formulação e implementação de programas e ações, principalmente nas seguintes áreas: Educação, Saúde, Alimentação e Nutrição, Saneamento básico, Previdência Social, Assistência Social, Emprego e Defesa do Trabalhador, Organização Agrária e Habitação.

As políticas sociais que tratam de gastos públicos são todas desses tipos. A forma e a escala dos bens e serviços sociais que podem ser ofertados pelo Governo através das políticas sociais estão diretamente associadas às condições econômicas estruturais, bem como à conjuntura do país, que determinam a disponibilidade de recursos.

O arranjo político também influencia e muito na realização do gasto social, pois é evidente que a tensão política conjugada com a escassez de recursos delimita as formas de atuação, direção e cobertura financeira às ações sociais governamentais.

A política social brasileira tem como marco jurídico/institucional a Constituição Federal promulgada em 1988, que elenca a seguridade social – Saúde, Previdência e Assistência, além do seguro-desemprego – como área central de proteção social.

São previstas ainda várias outras políticas que respondem a determinações constitucionais e derivadas de leis ordinárias e que buscam uma melhoria das condições de vida da sociedade, sendo reconhecidas como direitos sociais e associadas diretamente ao núcleo de proteção social, que envolve programas e ações de Trabalho, Habitação, Saneamento Básico e Educação.

Também fazem parte dessa atuação na área social, ações e programas voltados à Proteção do Meio Ambiente, Organização Agrária e Ciência e Tecnologia.

A política social, em países federativos como o Brasil, conjuga tanto as ações que têm como base os gastos *diretamente efetuados* por cada esfera de governo quanto aquelas que se baseiam nas *transferências voluntárias ou negociadas*, além dos gastos realizados pelas instituições privadas.

DOWBOR (2001, p.35) faz a seguinte constatação:

Em termos de recursos, é importante lembrar que o social, no Brasil, envolve, como ordem de grandeza, 25% do PIB do país. O Brasil não é um país que gasta pouco com o social. Essencialmente, gasta mal. O apoio aos flagelados do Nordeste se transformou em indústria da seca; o complemento alimentar nas escolas, em indústria da merenda; a saúde, na indústria da doença, e a educação está rapidamente caminhando para se tornar um tipo de indústria do diploma. A área social precisa, sem dúvida, de mais recursos. Mas precisa hoje, muito mais ainda, de uma reformulação político-administrativa.

Observamos na área social o contínuo crescimento das organizações não governamentais e outros arranjos modernos de organizações que buscam atender demandas sociais renegadas pelo Governo.

As chamadas formas alternativas como mutirões, práticas comunitárias e de vizinhança estão se multiplicando demonstrando a participação dos próprios beneficiários no encaminhamento de políticas sociais. Esses processos indicam novas formas de sociabilidade, determinando mudanças nas relações entre Governo, Sociedade e economia. Porém é importante enfatizar que a atuação do Governo com a implementação do chamado Gasto Social continua sendo essencial no âmbito das políticas sociais, tendo em vista que o Governo é capaz de alcançar um número expressivamente maior de beneficiários.

É notório que uma das principais fontes de conflitos, interação e alianças entre os entes coletivos é dada pela disputa de posições estratégicas de acesso à distribuição dos recursos orçamentários e financeiros do poder público.

São considerados como diretamente efetuados os gastos com a manutenção e conservação dos serviços prestados pelo governo, como as escolas, hospitais públicos e postos de saúde, e ainda as transferências realizadas às famílias tais como aposentadorias, pensões, auxílios, bolsas, etc.

As chamadas transferências negociadas ou voluntárias demonstram uma política de descentralização de ações.

2.2 NEOLIBERALISMO E O PAPEL DO ESTADO

Com a elevação das desigualdades sociais, decorrente do processo de industrialização do final do século XIX e início do século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, surge a idéia de um Estado protetor e de cunho intervencionista, chamado de *Estado de Bem-Estar Social* (Welfare State), que

buscava suprir as necessidades mínimas da sociedade nas áreas sociais como: segurança, saúde, habitação, educação, emprego e outras .

Porém, a crítica ao Estado de bem estar social crescia à medida que se destacavam questões gerenciais do Estado, principalmente no que se refere à economia, devido à dívida adquirida com material bélico durante a Segunda Guerra, e ao aumento nos gastos com as políticas sociais de atendimento à população.

Na década de 70 quando a inflação se torna insustentável, fazendo subir as despesas estatais, surgem propostas para os cortes dos gastos públicos. Essa crise chamada de “crise do Estado de Bem-Estar Social” é a alavanca para os ideais neoliberais.

Sob a ótica neoliberal, com a crise do Estado do bem estar social (Welfare State), a idéia é de um Estado Mínimo, como oposto ao Estado intervencionista ineficiente. Os neoliberais buscam ligar a corrupção, o clientelismo ao Estado do bem estar social. Mas a questão é saber se a ausência do estado, ou melhor, a terceirização de alguns serviços essenciais é realmente mais barata e possui resultados econômicos e sociais mais vantajosos.

Segundo Perry ANDERSON (2008,p.09-10) :

O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política.

Para o autor a disseminação do ideais neoliberais se deu com:

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

No final dos anos 70 e início dos anos 80, com as vitórias de Margareth Thatcher (1979), na Inglaterra e Ronald Reagan (1980), nos Estados Unidos ocorre a implementação das idéias neoliberais. As políticas governamentais implementadas estavam baseadas na desregulamentação, na privatização e na abertura comercial.

Na Inglaterra Thatcher diminuiu a emissão de moeda; elevou a taxa de juros; baixou os impostos sobre os altos rendimentos; aboliu o controle de fluxo financeiro; aumentando dessa forma os níveis de desemprego; reprimiu as greves; criou uma legislação anti-sindical; disciplinou o orçamento e efetuou reformas fiscais; cortou drasticamente os gastos sociais; e lançou amplo programa de privatização.

Nos EUA, em virtude da Guerra Fria e a competição militar com a URSS, a disciplina orçamentária não foi tão rígida quanto na Inglaterra.

A década de 90 foi marcada pela implementação dos ideais neoliberais na América Latina, a não ser no Chile onde esse processo foi anterior.

No Brasil os estudiosos entendem que o neoliberalismo surgiu com toda a força nos governos de Fernando COLLOR DE MELLO e Fernando Henrique CARDOSO, com a redução sensível da participação do Estado na atividade econômica e na prestação dos serviços públicos.

ROCHA (2006, p.38) afirma que:

A reforma do Estado iniciada pelo Governo Collor e levada adiante no Governo Fernando Henrique, foi marcada por fortes traços do neoliberalismo e recorreu à desestatização, à privatização e à desregulamentação para reuzir sensivelmente a participação do Estado na atividade econômica, e sobretudo na prestação de serviços públicos.

Na verdade o chamado Estado Social, no século XX, cumpriu seu papel nos países centrais, mas nos países subdesenvolvidos como o Brasil não, sendo que não ofertou, satisfatoriamente os direitos sociais fundamentais como educação, saúde, trabalho, segurança, previdência, dentre outros.

De acordo com SOARES (2002, p.11):

Dada a fragilidade ou inexistência de um Estado de Bem-Estar Social na maioria dos países latino-americanos, o desmonte das políticas sociais foi mais fácil e também mais devastador. Mesmo naqueles países que possuíam uma rede razoavelmente estruturada de proteção social (como o Brasil, México e Argentina), foram feitas “reformas” que terminaram por eliminar direitos sociais duramente conquistados no passado.

O neoliberalismo buscou comprimir o Estado, buscando soltar as amarras do mercado, sendo que não é possível falar em maior distribuição de renda e justiça social nesse contexto. O que ocorre é um aprofundamento das desigualdades e exclusão das minorias.

Na verdade a tendência do neoliberalismo é reestruturar políticas sociais através da descentralização que visa aumentar a eficiência e eficácia do gasto social.

A privatização é outro ponto que tende a deslocar a produção e distribuição dos serviços e bens públicos para a esfera privada ou para as entidades sem fins lucrativos, desonerando o Estado dessas obrigações.

ROCHA (2006, p.39) alerta que “a opinião pública favorável à privatização reforçou a determinação de governos de inspiração neoliberal e conservadora e conduziu governos de inspiração socialista a privatizar”.

Outra questão polêmica é a focalização das políticas, o que contraria o princípio da universalização dos direitos, e se reverte na redução da quantidade, qualidade e variedade dos serviços prestados, sendo que os atendimentos passam a ser orientados por necessidades pontuais e setorializadas, ou seja, a população carente será atendida de acordo com as verbas destinadas pela entidade não governamental inserida na sua comunidade.

Apesar da polêmica existente na literatura nacional sobre a importância do Terceiro Setor é nítido seu papel fundamental no campo econômico, político e social, independentemente das raízes de seu surgimento. O Terceiro Setor está caminhando na busca de sua legitimação enquanto instrumento de acesso a bens e serviços básicos à população carente.

É claro que as entidades que o compõem devem atuar com profissionalismo, buscando a eficiência e buscando a articulação entre as esferas do Estado, Mercado e Sociedade Civil em prol de toda a coletividade.

O Estado quando enfrentar a questão social necessita incorporar a participação ativa da sociedade civil como uma aliada no processo. Participação esta que incorpora o Terceiro Setor nos níveis decisórios de governo, desde o planejamento até a fiscalização bem como o controle social sobre a gestão das políticas públicas.

No contexto do desenvolvimento das organizações do Terceiro Setor é importante também esclarecer que o neoliberalismo, não pode ser o único responsável pela crescente participação do terceiro setor no âmbito das políticas sociais, temos que levar em consideração a situação precária em que se encontrava

o Estado, sendo que não possuía condições econômicas de atender todos os anseios da sociedade e nem se fazer presente em todas as áreas.

No Brasil diversos fatores se somaram no início dos anos 1990 como as mudanças político-econômicas com a abertura da economia, a privatização das estatais, e também, não menos importante, a crise política com o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello. Ocorre paralelamente o crescimento da informalidade e do desemprego. Todos esses fatores culminaram na dificuldade do Estado em atender as crescentes demandas na área social. O Estado também tem que fazer escolhas, pois não possui meios ilimitados para atender a todos.

É importante destacar que o crescimento desse setor não exime o Estado de seu papel, mas permite estabelecer uma parceria com as organizações do terceiro setor, para que se consiga realizar, mobilizar recursos, e poder, no cotidiano, valorizar e ver que não é possível fazer uma sociedade sem a participação e fiscalização dos cidadãos. Importante lembrar que o Estado é insubstituível e necessário.

2.3 DESCENTRALIZAÇÃO E NOVAS PERSPECTIVAS DO GASTO SOCIAL COM O ADVENTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

O forte movimento desde início da década de 80 em favor da redemocratização do País e em prol da descentralização governamental, após um regime autoritarista e altamente centralizado, culminou na elaboração através do poder constituinte de uma nova Constituição Federal, que seria promulgada no ano de 1988.

A Constituição Federal de 1988 trouxe um novo arranjo nas relações federativas, com a redefinição de funções entre as esferas do governo e com a conseqüente redistribuição do poder de decisão e, principalmente, na distribuição de recursos do governo federal para as esferas estaduais e municipais, esse movimento teve impactos significativos no âmbito do gasto social público.

Com a implementação da descentralização tão almejada, ocorreu a redistribuição das competências tributárias, e nesse processo as esferas subnacionais foram as mais beneficiadas. Ocorreu significativa elevação das transferências obrigatórias e elevação dos percentuais do Fundo de Participação

das esferas subnacionais aumentou a capacidade de financiamento dos gastos e sinalizou no sentido de diminuição da dependência do governo federal, fazendo com que as esferas subnacionais se responsabilizassem pela implementação do chamado gasto social em áreas que antes dependiam exclusivamente dos recursos federais.

Importante ressaltar que concomitantemente ao processo de descentralização e fortalecimento das esferas subnacionais na implementação de políticas sociais, a Constituição implementou grande avanço no capítulo dos direitos sociais e individuais.

A Constituição possui marcante orientação humanista, sendo louváveis as normas previstas para atenuar as diferenças regionais e reforçar o equilíbrio federativo. A Constituição ao prescrever a universalização de vários direitos sociais, ampliou o leque de obrigações do governo para com toda a sociedade.

Porém, o poder constituinte não explicitou um programa para ocorrer essa descentralização de maneira gradual e uniforme. Portanto o governo federal ao perceber as perdas de recursos geradas pelas disposições constitucionais, em detrimento das esferas subnacionais, acabou por tomar algumas atitudes como a diminuição das transferências voluntárias para estados e municípios, estabeleceu restrições creditícias para a realização de assunção de dívidas das esferas subnacionais e criou novos tributos e contribuições sociais, além de elevar as alíquotas dos impostos não partilhados com as demais esferas.

Portanto é fácil perceber que o governo federal acabou gerando um processo desordenado de descentralização dos encargos, incumbindo os governos estaduais e municipais de responsabilidades crescentes na efetivação de gastos sociais.

Apesar da ausência de um plano coerente de realocação de encargos entre as esferas governamentais, observou-se uma nova forma para o financiamento e gestão dos gastos sociais, reforçando assim o papel fundamental das esferas subnacionais, gerando uma certa especialização em determinadas áreas de atuação.

Importante ressaltar que o gasto social é também reflexo da situação econômica e política do país. E a atuação de cada esfera governamental depende

também da conjuntura no momento de implementação das chamadas políticas sociais.

Constata-se, ainda, que, diferentemente dos anos 80, época em que predominou o desperdício no uso dos recursos públicos, a década de 90, especialmente a partir do lançamento do Plano Real, é marcada por crescente preocupação com as questões relativas à eficiência, efetividade e equidade do gasto público, o que é coerente com as tendências mais recentes de reformas no campo social.

Importante ressaltar que os resultados na área social são utilizados para analisar a política de desenvolvimento em geral, portanto, é necessário e urgente se preocupar com o reequilíbrio social.

Quando a palavra desenvolvimento é utilizada no sentido de mensurar o valor do Produto Interno Bruto (PIB) do país, o Brasil se encontra no 9ª lugar, mas olhando por outra perspectiva, a social, com a consideração do IDH (índice de desenvolvimento humano), o Brasil ocupa a 75º posição em um ranking de 182 nações e territórios. Diante do contexto acima apresentado é fundamental analisar a participação do terceiro setor no País, pois, é fácil perceber que o Governo, tanto na esfera federal, estadual e municipal, com o advento da Constituição e a ampliação do leque de direitos sociais, não possuiria meios para suprir com todas as necessidades da sociedade, e diante disso, passou a contar com a atuação das entidades sem fins lucrativos que atuam em prol do interesse público.

O próximo capítulo procura analisar o surgimento, a atuação e a importância do Terceiro Setor.

3. PAPEL DO TERCEIRO SETOR

3.1 BREVE HISTÓRICO DO TERCEIRO SETOR

Para falar em origens do terceiro setor é necessário fazer menção à duas abordagens diferentes: a norte-americana e a européia/ canadense.

O contexto social e os fatores históricos nos quais se identificam especificidades da cultura política de cada país, condicionaram de forma diversa o desenvolvimento do setor não lucrativo.

Normalmente quando se fala no terceiro setor dos Estados Unidos ocorre um direcionamento para a atuação empresarial no campo social. Mas FALCONER (2003) enfatiza que essa é uma visão simplificadora.

Para analisar o desenvolvimento do setor não lucrativo nos Estados Unidos é necessário relembrar as origens da colonização americana. A sociedade norte-americana foi criada com o ideal de ser um novo mundo para aqueles imigrantes que estavam fugindo da Monarquia Européia. A população se organizava então de forma espontânea, o que prezavam era a liberdade, tinha no seu íntimo um espírito empreendedor, que visava a solução de problemas sem recorrer a ninguém. Esse era um espírito nitidamente associativista. Não se esperava a solução dos problemas pelo Estado, os imigrantes já tinham abandonado a Europa por não acreditar na Monarquia. Portanto a fundação da sociedade americana é baseada nas comunidades.

O terceiro setor norte-americano é segundo FALCONER(2003) “extremamente autônomo, intutelado, absolutamente intocável pelo Estado e isso vem com as mais altas garantias legais”.

O Terceiro Setor norte-americano não é somente voltado para a ação social empresarial, possui apoio estatal, e tem papel importante na configuração das políticas públicas. FALCONER (2003) leciona que o terceiro setor está “no coração do modelo de Bem-Estar Social dos Estados Unidos, que é um modelo mais tímido que a tradição européia, mas bem adiante do que a gente possa ter sonhado ter no Brasil”.

Importante enfatizar que o Terceiro Setor nos Estados Unidos é tão significativo quanto o papel desempenhado pelo Estado e o Mercado.

RIFKIN (2001) demonstra que o Terceiro Setor constitui aproximadamente 6% da atividade econômica americana, sendo responsável por 9% do emprego total no país e que existem mais de 1,4 milhões de organizações sem fins lucrativos que têm como objetivo prestar algum serviço ou promover alguma causa.

Na Europa podemos citar como origens remotas do que hoje se denomina Terceiro Setor a vida comunitária nos feudos e pequenas propriedades rurais que incitavam nos seus habitantes atitudes de ajuda mútua, seja na produção de bens para o atendimento das necessidades materiais de existência, como também nos acontecimentos ligados aos ciclos de vida e defesa desta, contra as intempéries provocadas por catástrofes da natureza, guerras ou doenças.

SERVA (2003) ressalta que o movimento associativo não é algo novo e sim antigo, podendo destacar as tradições romana e germânica. O autor diz que “vem de lá o movimento associativista – se a gente quiser buscar mais longe vem de muitos séculos atrás quando na Europa as corporações, as confrarias mercantis e, principalmente na Alemanha, as guildas tinham um papel muito importante na sociedade da época.”

SERVA ainda enfatiza o incremento do movimento associativista no século XVIII e XIX com o florescimento das cooperativas, citando Robert Owen na Inglaterra (empresário preocupado com questões sociais que criou associações dentro de suas fábricas), Charles Fourier na França (criou os falastérios) e os Pioneiros de Rochdale em Manchester na Inglaterra em 1844.

Com a Revolução Industrial e a eclosão do modo de produção capitalista a vida comunitária sofreu um golpe na sua base constitutiva.

Após a consolidação do capitalismo e com a repercussão de suas nefastas consequências renasce a preocupação com os problemas sociais gerados pela economia excludente.

No fim do século XIX tem início a constituição de sindicatos e associações de classe para a proteção dos salários e busca de direitos sociais.

Já no início do século XX eram evidentes os graves problemas oriundos da revolução Industrial do século passado. O papel do Estado foi ampliado e dessa forma os governos dos países europeus acumularam responsabilidades sociais antes nunca vislumbradas. Nesse contexto o Terceiro Setor se desenvolve.

Na Europa o Terceiro Setor é uma área do social-ativismo, do cooperativismo das sociedades de interesse-mútuo, voltado para a chamada Economia Social.

A expressão “Economia Social” está ligada principalmente à história do movimento operário europeu e de sua tradição cooperativista, explicita a afirmação de uma economia ligada ao aspecto social.

CARRION (2003) salienta que a abordagem canadense e européia são voltadas para a questão da inclusão social ligada ao trabalho. Nesses países o estudo do Terceiro Setor está mais ligado à questão do associativismo e no empreendedorismo.

3.2 DESENVOLVIMENTO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL

A existência de entidades sem fins lucrativos no Brasil remonta ao final do século XIX. Mas o surgimento das chamadas ONGs (Organizações não governamentais), no ambiente nacional se deu na década de 60, 70 do século XX, isto é, na fase militar da história política brasileira, mas sua atuação passou a ser mais difundida nas décadas de 80 e 90, juntamente com o processo de redemocratização do País, sendo que esses organismos atuaram como defensores dos movimentos sociais e políticos da sociedade brasileira, portanto podem ser considerados como atores ativos deste processo.

Na verdade as antigas organizações nacionais do Terceiro Setor eram aquelas que atuavam através das igrejas. Importante lembrar que a Igreja Católica, com a ajuda do Estado, era responsável pela maioria das instituições que prestavam assistência à população carente que não eram atendidas por meio das políticas sociais implementadas pelo governo, principalmente na área educacional e de saúde. Podemos citar as Santas Casas, que surgiram por volta de 1550, além das irmandades e ordens terceiras, que realizavam um atendimento mais centrado, no que tange ao público atendido e objetivos fundamentais. Nota-se, portanto, que durante o período colonial a associação entre o Estado e a Igreja, para atendimento de questões sociais era o mais corriqueiro.

No início do século XX outras entidades religiosas, que também praticavam a caridade começaram a fomentar a criação de organizações como as católicas,

dividindo assim com a Igreja Católica a parceria das sem fins lucrativos com o Estado.

Com o advento da República, ocorreram muitas alterações no relacionamento entre o Estado e a Igreja. Surgiram novas instituições que começaram a atuar neste nicho que antes era dominado pela atuação dessas entidades com cunho religioso.

Importante ressaltar que com a conseqüente modernização da sociedade, com a industrialização e urbanização dos centros urbanos, surgiram novas necessidades sociais na população.

A partir de 1930 ocorreu a formação de várias entidades da sociedade civil, sendo que muitas delas eram atreladas ao Estado. No período do Estado Novo esse processo teve continuidade. Neste período o Terceiro Setor contava com inúmeras entidades, mas nem todas com representatividade tão definida. Foi nessa época promulgada legislação específica para regular este conjunto de entidades não governamentais que atuavam com finalidade pública.

Com o fim dos governos militares e a redemocratização do Brasil, ocorreu o florescimento da pluralidade partidária, a formação de sindicatos trabalhistas e patronais e o fortalecimento dos movimentos sociais em busca da defesa dos direitos sociais. Ficou estabelecido o ambiente ideal para uma atuação mais efetiva das organizações não governamentais, sendo que o número dessas entidades elevou-se principalmente pelas dificuldades sociais e econômicas crescentes no País. É notório que diante de tal contexto os objetivos destas organizações passaram a se diversificar.

O quadro social também passa por importante modificação com a promulgação da Constituição Federal no ano de 1988, que trouxe grandes avanços ao ampliar o leque de direitos sociais a serem protegidos.

O surgimento desses novos direitos socioeconômicos e a conseqüente expansão da cidadania política e a descentralização prevista para a promoção das políticas sociais, colaborou para a abertura de um maior espaço para atuação das entidades sem fins lucrativos.

Importante ressaltar que neste mesmo período ocorreu uma redução importante na ajuda externa, que fora significativa nas décadas anteriores por meio da atuação de agências internacionais de cooperação e desenvolvimento não-

governamentais. Nessa época tais organizações passaram a apoiar os países menos desenvolvidos ou aqueles que estavam enfrentando conflitos internos como, por exemplo, países africanos, asiáticos e países do leste europeu.

Os fatos acima descritos ajudam a esclarecer qual o cenário que seria enfrentado pelas organizações sem fins lucrativos. No mesmo instante que ocorreu a ampliação do seu espaço de atuação, consequência das novas demandas sociais da população e dos direitos sociais constitucionais, há uma restrição nas fontes de recursos, especialmente das agências internacionais. O estabelecimento de critérios mais rígidos de organização e demonstração de resultados evidenciou a necessidade de investimentos no aumento da profissionalização e da capacitação institucional, principalmente de gestão organizacional e de recursos, áreas menos desenvolvidas pelas organizações, sobretudo pelas prioridades históricas de luta e defesa de direitos humanos, no caso das ONGs tradicionais, e pela tradição voltada principalmente para a prestação de serviços assistenciais e imediatos. Esse processo também levou a uma concentração de recursos nas Organizações mais conhecidas, pois as menores enfrentaram dificuldades para se adequarem aos novos padrões.

Na década de 90, ocorreu a entrada organizada do setor empresarial em programas e projetos sociais, especialmente através de suas fundações e institutos associados, representando a inserção da visão de mercado no terceiro setor e novas possibilidades de parcerias e de fontes de recursos para as instituições atuantes na área.

O modo de atuação empresarial acentua a tendência de modernização e de aumento da profissionalização para as instituições integrantes do setor, que passaram a investir na qualidade, transparência de ação e resultados, aumento da visibilidade e da credibilidade e identificação de novas estratégias de sustentabilidade e financiamentos.

Nesse período ocorre a criação de vários cursos e instrumentos voltados para o planejamento, a gestão e o marketing de instituições do terceiro setor; para estratégias de captação de recursos; para sistematização de metodologias utilizadas nestas instituições; para a divulgação e avaliação das experiências.

Com uma nova visão das funções do Estado e o gradativo fortalecimento da sociedade civil organizada, as empresas privadas passaram a incluir um novo objetivo dentro de seu quadro institucional: a responsabilidade social.

Nos últimos tempos grandes segmentos do setor privado começaram a observar a importância da sociedade civil para a resolução de conflitos sociais e se mostram cada vez mais dispostos a colaborar com os esforços empreendidos por essas entidades em prol do social, em especial quando associadas a determinadas políticas públicas. É crescente o número de grandes empresas privadas (multinacionais, inclusive) que financiam projetos criados por entidades do terceiro setor e ainda é possível observar suas associações a projetos governamentais que trazem resultados significativos relacionados à redução do índice de analfabetismo, melhoria do rendimento escolar, dentre outros. É fácil perceber que as parcerias podem ser bem sucedidas para a resolução de problemas socioeconômicos, mas para isso é necessário existir certo equilíbrio para a tomada de decisões, sendo que ambas as partes possuam os mesmos poderes, sendo necessário também eficiência, capacidade administrativa e financeira para gerir e destinar capitais.

A questão da função social da empresa privada ressurgiu menos marcada por visões ideológicas, com o foco central na exigência de racionalidade e equilíbrio sistêmico do processo de globalização. Atualmente a prática da cidadania empresarial se distancia da vertente filantrópica que a dirigiu no passado e passa a ganhar um significado amplo de tentativa de integração entre mercado e cidadania, desenvolvimento econômico e justiça social, tópicos em voga no presente.

Mas os resultados dos projetos desenvolvidos pelo terceiro setor não devem ser avaliados somente por critérios quantitativos de capacidade de atendimento, mas, também, pela capacidade de gerar um *know-how* na área de práticas sociais solidárias, que possam ser difundidas em diferentes contextos.

As empresas perceberam que a área social se tornou essencial para a própria atividade econômica, influenciando na produtividade e, portanto, na geração de lucro.

Atualmente observamos o desenvolvimento e o debate sobre as tendências do terceiro setor, principalmente sobre ao papel social que lhes cabe, seus desafios, limites e sua prospecção no futuro.

3.3 CONCEITO POLÍTICO E ECONÔMICO DE TERCEIRO SETOR. ALGUMAS CARACTERÍSTICAS.

O Terceiro setor é mais representativo em países desenvolvidos como, por exemplo: Estados Unidos. É uma área que apresenta importante oportunidade de crescimento no setor econômico.

SZAZI (apud LANDIM, 2004, p.55) demonstra que: “Terceiro Setor não é um termo neutro (...) É de procedência norte-americana, contexto em que o associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal, em que o ideário dominante é o da precedência da sociedade em relação ao Estado. Certamente, portanto, é expressão que aqui chega carregada de pressupostos e conotações que antes de mais nada complicam sua operação, sem mediações, no contexto da sociedade brasileira.”

O papel do terceiro setor no Brasil é atender programas sociais básicos e combater a exclusão social e mais recentemente proteger o patrimônio ecológico nacional.

CARDOSO (2005, p.8) esclarece que: “Recorremos hoje à expressão terceiro setor para distingui-lo do primeiro, que é o setor público, e do segundo, representado pelas atividades lucrativas. Com essa denominação, queremos também enfatizar o caráter autônomo e inédito desse algo novo que está mudando a sociedade e que se define por não ser nem governo nem empresa, por não querer se submeter-se nem à lógica do mercado nem à lógica governamental.”

Para FERNANDES (2005, p.27) o Terceiro Setor é “composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil”.

O terceiro setor atua em áreas típicas de atuação governamental como: assistência social saúde, educação, meio ambiente, ciência e tecnologia, esporte, cultura, dentre outras.

Com a atuação do chamado terceiro setor é possível vislumbrar que interesses coletivos podem se tornar objeto de atividades lucrativas. FERNANDES (2005, p.56) leciona que:

Não há interesse coletivo que, apreendido como uma demanda efetiva, não possa, em princípio, tornar-se objeto de investimentos lucrativos. Educação, saúde, ciência e tecnologia, meio ambiente, cultura, esporte, comunicação, geração de renda e trabalho etc. são evidentemente, fontes de prósperos negócios. A presença de um Terceiro Setor sinaliza, contudo, que o mercado não satisfaz a totalidade das necessidades e dos interesses efetivamente manifestos, em meio aos quais movimenta. O mercado gera demandas que não consegue satisfazer, lança mão de recursos humanos, simbólicos e ambientais que não consegue repor. Uma parte substancial das condições que viabilizam o mercado precisa ser atendida por investimentos sem fins lucrativos.

É necessário enfatizar que existe uma complementariedade entre ações públicas e privadas, sendo que as ações do terceiro setor necessitam do Estado. Necessitam do sistema legal estatal, que legitima as ações voluntárias.

A idéia de complementariedade do primeiro, segundo e terceiro setor não afasta os conflitos presentes nessas relações.

De acordo com COELHO (2005, p.40):

A verdade é que a distinção entre os setores tem sido, nas últimas décadas, borrada pela intensa interação entre eles, sendo que nesta relação está presente tanto a cooperação quanto a competição. Entendemos por competição a situação em que o mesmo tipo de serviço é oferecido por organizações em diferentes setores, que disputam não apenas a clientela como principalmente os recursos existentes.

Ainda para obter a ajuda das empresas privadas é necessário a existência de lucro no âmbito do mercado, pois as empresas só poderão repassar recursos e ter um maior interesse na colaboração com políticas sociais se alcançarem seu objetivo maior que é a geração de lucro. Com a geração do excedente necessário é que os investidores poderão destinar parte dos recursos obtidos para ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida de toda a população.

É possível perceber que a dinâmica de expansão do terceiro setor é ligada à dinâmica do mercado, pois, é no âmbito do mercado que é gerado lucro, e com a conseqüente expansão do mercado surgem novas demandas sociais, que cada vez mais tendem a ser atendidas pelas organizações sem fins lucrativos que necessitam dos recursos repassados tanto pelo governo quanto pelos doadores privados (sejam empresas ou indivíduos).

O terceiro setor, por sua vez, busca levar a prosperidade vivida no mercado para aqueles excluídos do processo de geração de riquezas, podemos então dizer que o terceiro setor busca realizar a distribuição de conhecimentos, de renda, de inovações. Deseja alcançar aqueles que vivem à margem do sistema capitalista.

FERNANDES (2002, p.20) ressalta que:

(...) no lugar do pensamento dicotômico, dividido entre interesses particulares e públicos, recupera-se o valor da tríade, afirmando-se a presença constante e eficaz de uma terceira possibilidade. (...). Ela pode ser idealmente concebida como uma entre as quatro combinações resultantes da conjunção entre o público e o privado:

AGENTES		FINS		SETOR
Privados	para	privados	=	mercado
Públicos	para	públicos	=	Estado
Privados	para	públicos	=	terceiro setor
Públicos	para	privados	=	(corrupção).

Existe um tópico muito relevante a ser considerado quando falamos de terceiro setor. Quais os campos de atuação dessas organizações. Podemos afirmar que no campo da política e da economia esse setor tem atuação fundamental nos dias atuais. Em termos de política sua atuação é voltada à defesa dos direitos dos excluídos, isto é, busca realizar uma política afirmativa, de inclusão social, servindo como elo entre o Estado e o mercado em prol daqueles discriminados, marginalizados. Já no campo econômico, a prestação de serviços sociais, utilizando-se das ferramentas da gestão empresarial adaptadas, serão guias na sua atuação. Seu papel é de atuar em áreas onde o Estado e o mercado não conseguem atender a coletividade de maneira satisfatória, de forma a gerar nichos e mercados sociais inovadores.

THOMPSON (2005, p.47) enfatiza que:

Se a política se estrutura cada vez mais ao redor do poder e a economia em relação ao lucro, o espaço comum do terceiro setor são as necessidades humanas, uma certa utopia em relação ao social. O grande desafio é ver como, a partir do social, o mercado pode ser reinventado, para que satisfaça às necessidades de bens e serviços da maioria da população, e não de uma minoria. E também como se pode reinventar o Estado enquanto extensão de um contrato social que reflita essa relação, onde as pessoas estejam no centro das preocupações políticas.

No campo econômico um exemplo de organização que adapta os mecanismos financeiros do mercado ao desenvolvimento social e econômico são os bancos da comunidade, como exemplo o Grameen Bank em Bangladesh.

YUNNUS (2006 ,p.153) assim define o intuito do Grammen Bank:

No Grammen a promoção social - a necessidade de satisfazer as carências das pessoas e garantir seu bem-estar – não é uma aspiração secundária; ela constitui nossa principal ambição. Mais que os números referentes aos créditos em liquidação ou aos índices de recuperação, que evidentemente precisamos contabilizar em nossos livros, o que nos importa é saber se conseguimos melhorar as condições de vida de nossos financiados.

No contexto do desenvolvimento, e a preocupação com os excluídos pelo processo capitalista é essencial falar de Amartya Sen, indiano, ganhador do prêmio Nobel de Economia de 1998, e que tem sido mencionado por diversos estudiosos do desenvolvimento. As idéias difundidas por eie foram incorporadas na classificação e cálculos que definem o desenvolvimento dos países. Dessa forma ocorreu uma transformação na definição de desenvolvimento, que contemplava exclusivamente a renda gerada por um país, sem levar em conta a questão da distribuição de riquezas.

O crescimento era mensurado através do PIB (Produto Interno Bruto) per capita, que considerava apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Através da contribuição de SEN foram incluídos alguns indicadores sociais nos cálculos realizados o que resultou na criação do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). O IDH não deixa de levar em conta o PIB per capita, mas acrescenta dois outros fatores: a longevidade e a educação. A longevidade é analisada através dos números de expectativa de vida ao nascer, a educação é avaliada pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. O PIB per capita é considerado em dólar paridade de poder de compra (PPC) de forma a retirar as diferenças de custo de vida dos diferentes países. O IDH varia de zero a um.

Dessa forma as estatísticas sociais passaram a ser foco da atenção de vários órgãos, ocasionando a reestruturação das políticas de apoio ao desenvolvimento, pois ficou mais evidente que o crescimento sem desenvolvimento social não garante um desenvolvimento real.

O desenvolvimento, segundo SEN (2000, p.10), “consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer sua condição de agente”.

Portanto desenvolvimento não se refere unicamente a bons indicadores econômicos, passando a ser considerado como um processo de expansão das liberdades, isto é, o conceito de desenvolvimento está diretamente ligado ao

conceito de liberdade. SEN enfatiza que o desenvolvimento econômico deve estar relacionado com a melhora da vida das pessoas e das liberdades que elas desfrutam.

Para SEN (2000), o indivíduo deve atuar como agente, definindo este como “alguém que age e ocasiona mudança cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos”. Porém o autor ressalta que as privações impedem o indivíduo de exercer a condição de agente. E essas privações são para ele a base da pobreza, sendo essas privações tanto de capacidades quanto de renda.

Ao tratar de desenvolvimento sócio-econômico SEN (2000, p.47) enfatiza que: “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”.

Do ponto de vista de SEN a liberdade é vista como participação. O desenvolvimento, portanto, deve ser visto em termos de não privação das capacidades e da liberdade.

SEN (2000) analisa a situação brasileira enfatizando que apesar do crescimento do PNB (Produto Nacional Bruto) per capita ocorre a situação de “grave desigualdade social, desemprego e descaso com o serviço público de saúde”. O autor então defende que o desenvolvimento deve ser alcançado com a expansão da educação básica e dos serviços de saúde por parte do setor público sempre interagindo com o mercado e a sociedade civil.

No próximo tópico o foco será as organizações que fazem parte do terceiro setor.

3.3. 1 ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

No âmbito do chamado Terceiro Setor existem diversas entidades atuando. Muitas vezes observamos a utilização de termos como: Organizações não governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil, entidades beneficentes, organizações filantrópicas, organizações Sociais (OS), e Organizações da sociedade

civil de interesse público (OSCIP); como sinônimos, porém essas terminologias contêm certas peculiaridades.

De acordo com LANDIM (Apud RODRIGUES, 1992, p.37) as principais categorias do Terceiro Setor no Brasil seriam:

a) Organizações filantrópicas, beneficentes e de caridade: São voltadas para seus clientes na promoção de assistência social e de serviços sociais nas áreas de saúde e educação. Basicamente o que as diferencia, são seus valores intrínsecos de altruísmo, boa vontade e serviço à comunidade;

b) Organizações não governamentais (ONGs) São organizações comprometidas com a sociedade civil, movimentos sociais e transformação social. Diferenciam-se, por estarem sobretudo orientadas para “terceiros” grupos, ou seja, para objetivos externos aos membros que as compõem;

c) Organizações Sociais (OS) Modelo de organização pública não estatal destinado a absorver atividades (áreas de educação, saúde, cultura, meio ambiente e pesquisa científica) mediante qualificação específica. Sua principal característica é a flexibilização para firmar contratos de gestão com o agente estatal;

d) Organizações Cíveis de Interesse Público (OSCIP) Regulamentada pela Lei 9790 de 23/03/1999, que traz a possibilidade das pessoas jurídicas (grupo de pessoas ou profissionais) de direito privado sem fins lucrativos serem qualificadas, pelo Poder Público, como OSCIP's e poderem com ele relacionar-se por meio de parceria com agentes governamentais.

A Associação civil sem fins lucrativos é considerada pessoa jurídica de direito privado criada a partir da união de idéias e esforços de pessoas em torno de propósito sem fim lucrativo.

O “Instituto” não corresponde a uma espécie de pessoa jurídica, podendo o termo ser utilizado por uma entidade governamental ou privada, lucrativa ou não lucrativa, neste caso constituída sob a forma de fundação privada ou associação civil. Normalmente observamos o termo instituto ligado a entidades voltadas às áreas de educação, pesquisa ou produção científica.

SZAZI (2006, p.28) enfatiza que: “é oportuno distinguirmos o cunho associativo do cunho social ou, adotando outro critério de separação, aquelas destinadas ao benefício mútuo daquelas dedicadas ao benefício público.”

O autor esclarece que as entidades voltadas ao benefício mútuo, são aquelas que dedicam suas ações ao benefício de seus quadros sociais; já as voltadas ao benefício público atuam em prol daqueles que estão fora de seus quadros sociais (ou seja, à coletividade).

Como toda fundação privada possui fim público não é necessário realizar tal distinção.

SZAZI define fundação privada como: “um patrimônio destinado a servir, sem intuito de lucro, a uma causa de interesse público determinada, que adquire personificação jurídica por iniciativa de seu instituidor.”

As fundações são pessoas jurídicas de direito público, quando criadas pelo Estado, ou pessoas jurídicas de direito privado, quando criadas por um indivíduo, um grupo de pessoas ou empresas.

O termo ONG - Organização não Governamental, vem do inglês (No Governamental) e foi introduzido pelas Nações Unidas no ano 1950, no Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e foi popularizada no Brasil na Eco92, Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que se realizou no Rio de Janeiro em 1992.

TENÓRIO (2006, p.11) enfatiza as principais características de uma ONG:

As ONGs caracterizam-se por serem organizações sem fins lucrativos, autônomas, isto é, sem vínculo com o governo, voltadas para o atendimento das necessidades de organizações de base popular, complementando a ação do Estado. Têm suas finanças por agências de cooperação internacional, em função de projetos a serem desenvolvidos, e contam com o trabalho voluntário. Atuam através da promoção social, visando a contribuir para um processo de desenvolvimento que supõe transformações estruturais da sociedade. Sua sobrevivência independe de mecanismos de mercado ou da existência de lucro.

As Organizações Sociais são pessoas jurídicas de direito privado, sob a forma de fundação privada ou associação sem fins lucrativos, que devem ser voltadas para áreas de relevante valor social. São criadas pela iniciativa de particulares, com o preenchimento dos requisitos previstos em lei. Se preenchidos os requisitos serão reconhecidas e recebem a qualificação de Organização Social (OS), sendo então fiscalizadas e recebendo recursos do Governo.

As Organizações Sociais representam uma forma de parceria com o Estado, alguns vêem como uma participação popular na gestão pública.

O Contrato de Gestão é o meio adequado para a realização de parcerias entre a OS e o Governo.

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's) são criadas por iniciativa privada, e obtêm um certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento de certos requisitos, especialmente aqueles derivados de normas de transparência administrativas. Uma organização recebe a

qualificação de OSCIP depois que o estatuto da instituição tenha sido analisado e aprovado pelo Ministério da Justiça. Para tanto é necessário que o estatuto atenda a certos pré-requisitos que estão descritos nos artigos 1º, 2º, 3º e 4º da Lei nº 9.790/1999.

Em contrapartida as OSCIP's podem celebrar com o poder público os chamados Termos de Parceria.

As Organizações Sociais e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público possuem algumas semelhanças, sendo ambas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade lucrativa, atuam muitas vezes na mesma área e se beneficiam da proximidade que possuem com o Governo, com a utilização de recursos públicos.

Entretanto a Lei das OSCIP's (9.790/1999) proíbe a concessão da qualificação de OSCIP para organização já qualificada como OS. As duas se relacionam com o Governo por meios distintos, sendo a OS através dos Contratos de Gestão e as OSCIP's através do Termo de Parceria.

3.4 CRÍTICAS

Se para alguns autores, o chamado terceiro setor representa a solução para os problemas sociais e uma alternativa de participação social, para outros essa solução é paliativa e ideológica, pois acreditam que a idéia de dividir as responsabilidades, incumbindo o terceiro setor da tarefa de atender questões sociais, sendo que o Estado seria dessa forma exonerado desta tarefa não é o mais correto, pois a realidade é mais complexa.

MONTAÑO (2002, p.22)tem outra interpretação sobre o terceiro setor:

Assim, numa perspectiva crítica e de totalidade, o que é chamado de terceiro setor refere-se na verdade a um fenômeno inserido na e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de resposta às seqüelas da questão social, seguindo os valores da solidariedade voluntária e local, da auto-ajuda e da ajuda-mútua.

MONTAÑO (2002, p.72-73) enfatiza que as políticas sociais promovidas no Terceiro Setor:

tendem a multifragmentação do trato da 'questão social', pois além da sua setorialização genética, elas são agora fragmentadas, dada à pequena área de abrangência das organizações deste setor em microespaços [...] O chamado 'terceiro setor' mal poderia

compensar, em quantidade, qualidade variedade e abarcabilidade, as políticas sociais e assistenciais abandonadas pelo Estado.

O Estado com isso constrói um discurso ideológico para afirmar que o que alimenta as ações voluntárias é a solidariedade e a filantropia, e com isso é possível chegar ao sonho de um país educado para a cidadania. Mas na verdade é uma maneira de encobrir o cerne da questão, isto é, a desresponsabilização do Estado pelas políticas sociais.

De acordo com MONTAÑO (2002), com o fim da ditadura no Brasil, a sociedade civil passa a ser o campo onde ocorrem as lutas de classes e sociais. Mas defende não ser correto considerar a sociedade civil, definida como terceiro setor, de forma homogênea e, portanto sem contradições, como se buscasse o chamado “bem-comum” em contraposição ao Estado e ao Mercado. Para o autor essa é apenas uma forma de camuflar o fenômeno da desarticulação do padrão de atuação estatal no combate às mazelas sociais, isso no âmbito do Estado de bem estar social (Welfare State).

O debate sobre a noção de terceiro setor é na verdade a bandeira do neoliberalismo, numa perspectiva de reformulação da responsabilidade social. O autor entende a importância da mobilização social contra a fome e a miséria, mas enfatiza que as medidas adotadas pela sociedade civil são paliativas, não solucionando o problema, apenas intensificando uma relação de dependência.

Dessa forma MONTAÑO (2002, p.18) esclarece que:

(...) o problema consiste em acreditar que nestas ações devem-se concentrar e esgotar todos os esforços reivindicatórios e as lutas sociais. Ao esquecer as conquistas sociais garantidas pela intervenção e no âmbito do Estado, e ao apostar apenas prioritariamente nas ações dessas organizações da sociedade civil, zera-se o processo democratizador, volta-se à estaca zero, e começa-se tudo de novo, só que numa dimensão diferente: no lugar da contradição capital/trabalho, temos a parceria entre classes por supostos “interesses comuns”, no lugar da superação da ordem como horizonte, temos a confirmação e humanização desta.

Montano acaba não diferenciando as entidades realmente comprometidas com as questões sociais daquelas que somente almejam enriquecer seus membros.

MONTAÑO (2002, p.169) enfatiza que: “ Sim, deve haver uma crescente e ativa participação da sociedade civil no controle social do poder estatal e nas lutas pela ampliação de direitos sociais e trabalhistas e da participação do trabalho nas decisões econômicas, porém, sem que isto signifique (ou encubra) uma substituição da responsabilidade estatal (e do capital) com a questão social (...).”

O autor aborda a questão da “não-lucratividade”, bandeira dessas entidades, pois para ele muitas dessas organizações são ligadas ao grande capital que resolve atuar na área social com nítido interesse econômico na isenção de impostos e como forma de melhorar a imagem de seus produtos.

O autor ressalta que parte dos recursos destinados às entidades sem fins lucrativos são desviados:

(...), para o caso das ONGs, pesquisas mostram como grande parte dos recursos repassados do Estado para algumas organizações (por meio das parcerias) – ou seja, parte da mais-valia recolhida pelo Estado em forma de impostos, e supostamente dirigida a atividades assistenciais -, não chega a seus destinatários finais, ficando para custear os gastos operacionais destas organizações. Nisto podemos até considerar o salário de altos funcionários de muitas organizações; aquelas chamadas popularmente de “pilantrópicas. (2002, p.58)

Define a parceria entre Estado e terceiro setor como: “não é outra coisa senão o repasse de verbas e fundos públicos no âmbito do Estado para instâncias privadas, substituindo o movimento social pela ONG. E essa transferência de recursos públicos para setores privados não ocorre sem uma clara utilidade política governamental.” (2002, p.146)

Portanto sob a perspectiva crítica de Montaño os movimentos sociais devem ser na verdade impulsionadores da ação governamental, sendo que não é factível a crescente desresponsabilização do Estado e do mercado pelas mazelas sociais. As entidades do terceiro setor devem sim atuar como fiscalizadoras da atuação estatal e cobrar respostas para as questões urgentes no seio da sociedade, não se deixando levar por idéias neoliberais.

4. FORMAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Uma das questões cruciais do terceiro setor é a referente ao repasse de recursos para fins públicos de forma planejada, sistemática e monitorada e o uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum.

O terceiro setor possui papel social significativo, impulsionando o desenvolvimento econômico, gerando empregos e atuando como agente direto do exercício da cidadania e da responsabilidade social.

Apesar do crescimento do setor e dos recursos movimentados, observa-se uma falta de profissionalização dos agentes no que diz respeito à gestão das organizações. A capacidade de promover ações eficazes é um grande desafio, aliado à questão da sustentabilidade. É primordial que haja uma organização dentro das entidades para que seja possível captar recursos suficientes para manter os trabalhos das instituições.

Importante analisar a forma de captação de recursos pelas entidades do terceiro setor.

A sustentabilidade do terceiro setor é assunto em voga a partir da década de 90, com a ocorrência de transformações no contexto internacional, o que afetou diretamente as agências de cooperação e, portanto, reduzindo os recursos financeiros à disposição dos projetos sociais e para a manutenção das estruturas de funcionamento.

Cresceram as exigências por qualidade técnica, necessidade de capacidade gerencial, necessidade de inovações, além da análise da efetividade da ação social, isto é, seu impacto na modificação da realidade no seu âmbito de atuação.

ARMANI (2008, p. 27) enfatiza que: “Ainda nos anos 1990 ganhou visibilidade no Brasil o “empreendedorismo social”, projeção de um movimento internacional mais amplo, cujas idéias-força são o papel dos indivíduos no processo social, a exigência por inovação e a utilidade da lógica dos negócios para as iniciativas de geração de renda.”

Quando a organização é bem gerenciada, ela passa a deter maior confiabilidade junto aos demais atores sociais o que contribui para o seu processo de busca de recursos.

O processo de Captação de Recursos apresenta-se como um dos principais desafios do gerenciamento destas organizações, com o aumento da concorrência para obter financiamento e a redução das fontes financiadoras, as organizações do Terceiro Setor dependem cada vez mais de um Plano de Captação de Recursos bem estruturado, que reduza a vulnerabilidade e subordinação em relação aos seus financiadores, permitindo aos seus gestores conciliar as demandas da organização com os esforços necessários para a realização de sua missão final.

Podemos afirmar então que o terceiro setor se depara com a questão chave da ciência econômica: recursos escassos e necessidades ilimitadas.

A captação de recursos também precisa de um plano de ação, que apresente os dados básicos de um programa a ser implementado, como por exemplo: o perfil do público a ser atendido, perfil dos pretensos doadores, financiadores, região geográfica de atuação, qual o valor necessário a ser arrecadado e qual o método de abordagem. É necessário, acima de tudo, proporcionar visibilidade para as ações da entidade. Nesse quesito a divulgação do Terceiro Setor é semelhante às estratégias utilizadas pelo Segundo Setor: o mercado, podendo utilizar inclusive as mesmas ferramentas (Marketing, Publicidade e Propaganda).

Diante disso podemos destacar algumas formas de captação de recursos pelas entidades não governamentais:

- Doações de pessoas físicas, com a consolidação de uma rede de mantenedores;
- Empreendedorismo Social, que é a prestação de serviços e/ou comercialização de produtos;
- Responsabilidade Social que significa o apoio empresarial;
- Captação de recursos públicos de forma direta, por meio de auxílios, contribuições, subvenções, convênios, contratos de gestão e termos de parceria;
- Apoio governamental de forma indireta, através de isenções, imunidades ou incentivos fiscais setoriais.

No Brasil o incentivo para investimentos em ações do Terceiro Setor é a oferta de recursos privados em contrapartida a benefícios fiscais. Desta maneira

empresas e pessoas físicas que decidam realizar doações para determinadas causas, possuem autorização legal para promover dedução ou abatimento fiscal dos valores doados ou investidos, regulamentado pela lei do imposto de renda.

A doação efetiva é a transferência de recursos, bens ou serviços a terceiros sem contrapartida obrigatória. Normalmente empresas privadas apenas demandam como compensação ao valor doado ou recurso investido a exposição de sua marca na mídia, demonstrando seu apoio. O governo também efetua doações e pratica o comodato de bens públicos.

4.1 DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS

Muitas entidades ainda buscam sua sustentabilidade através de apelos comunitários como a realização de festas beneficentes e bingos e principalmente contam com doações feitas por pessoas físicas com caráter de caridade, feitas na forma de donativos, contribuições.

Porém, essas práticas não se mostram suficientes para a sustentabilidade do Terceiro Setor que a cada dia que passa se expande e se depara com novas demandas sociais.

O que acaba dificultando a situação é o fato de existirem apenas vantagens fiscais específicas para doações efetuadas por pessoas físicas.

A Cartilha da OAB SP enfatiza que as pessoas físicas que optarem pela declaração do imposto de renda completa somente poderão gozar de incentivos fiscais nos seguintes casos específicos: “a) doações aos fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (federal, estaduais e municipais); b) destinadas a projetos culturais e artísticos; c) doações destinadas à atividade audiovisual.”

De acordo com ARMANI (2008, p.90):

Existe uma percepção generalizada, entretanto, de que nas últimas duas décadas cresceu muito o apoio de cidadãos(ãs) a organizações focadas em causas específicas. Os motivos para a doação e o envolvimento se ampliaram para além do religioso, integrando também justificativas baseadas na indignação com problemas sociais e na afirmação de direitos de cidadania.

Portanto a consolidação de uma rede de doadores individuais ainda é uma questão delicada para as entidades do terceiro setor.

4.2 EMPREENDEDORISMO SOCIAL

As organizações do Terceiro Setor sempre devem pensar em maneiras novas de complementar suas fontes de receitas e uma forma é a geração de renda própria. Em algumas entidades servirá apenas como mais uma fonte de recursos para sua causa, mas em outras pode se tornar a estratégia principal, pois pode ser que seu objetivo, sua finalidade não consiga mobilizar grande parcela da sociedade e os empreendimentos podem assegurar a sua sustentabilidade.

O negócio social promete já apresentar ao consumidor um produto que, desde sua concepção, incorpora a dimensão social e promete desenvolvimento econômico.

É indispensável que a entidade que pretenda arrecadar recursos com a produção de bens ou prestação de serviços possua profundo conhecimento sobre a área que pretende atuar, ter noção da lógica do mercado, formação de preços, logística, distribuição e marketing, produção (seja ela própria ou terceirizada), capacidade financeira para realizar o investimento inicial, elaboração de plano de negócio, planejamento estratégico de curto e longo prazo e pessoal capacitado.

Importante ressaltar que a capacidade de inovar também será determinante na obtenção de sucesso no empreendimento social.

ARMANI (2008, p.112) ressalta que:

o sentido de um empreendimento econômico com fins sociais – um negócio social – seja para uma ONG, um movimento social, seja para uma comunidade, não é simplesmente gerar um superávit para a organização. Por isso, o negócio não pode ser inventado com base em oportunidades de mercado. Ele deve surgir como possibilidade fundamentada nas potencialidades existentes na organização e/ou na comunidade. Em organizações sociais busca-se, por meio do negócio, o fortalecimento socioeconômico, cultural e político do grupo social em questão. O negócio social se torna assim instrumento de cidadania.

Em todo empreendimento é necessária a elaboração de um plano de negócio que é uma forma de analisar a viabilidade econômica de um empreendimento e a melhor forma de implementá-lo. Necessário enfatizar que a

qualidade e a confiabilidade dos produtos são essenciais para garantir o sucesso do negócio social.

Aprender a planejar e a executar um negócio já é um desafio. Mas, um obstáculo ainda maior será o de fortalecer os valores sociais do negócio, comunicá-los e fazer com que o consumidor, lá na ponta, tenha consciência deles. Sustentar a missão social de um negócio é um grande desafio, mas se vencido, poderá indicar caminhos para uma economia socialmente responsável.

Um exemplo brasileiro de empreendimento social que está dando certo é a APAEB (Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira), organização sem fins lucrativos, fundada em 1980 na Bahia, que montou uma unidade de beneficiamento de sisal, que mais tarde se tornou uma fábrica e hoje emprega mais de 900 pessoas e movimentou milhões de reais na economia local. A APAEB produz e comercializa tapetes, carpetes e outros produtos de sisal.

Organizações, assim como a APAEB, que possuem o negócio como o centro de suas atividades, têm como objetivo o desenvolvimento econômico das comunidades com que trabalham. Essas organizações visam gerar recursos para cobrir seus custos operacionais, gerar renda para seus beneficiários assim como sua inclusão na cadeia produtiva, trazendo melhorias para toda a comunidade. Os empreendimentos sociais estimulam a produção local, o consumo consciente, a preservação ambiental, a geração compartilhada de riquezas, o respeito à diversidade, a igualdade de oportunidades e a inclusão social.

Outro exemplo de empreendimento social bem sucedido é o realizado pela ASSEMA (Associação em áreas de assentamento no Estado do Maranhão), criada em 1989, com intuito de melhorar as condições de trabalho e de vida da comunidade, em especial das famílias quebradeiras de coco babaçu. A ASSEMA organizou núcleos de produção, e as famílias começaram a produzir uma série de produtos derivados do babaçu.

Segundo ARMANI (2008, p.124):

O produto mais rentável da ASSEMA é o óleo orgânico de babaçu, comercializado em 2006 a R\$4,50 o quilo no mercado doméstico, e 65% da produção é exportada via comércio justo para os Estados Unidos e a Europa a 3 dólares, gerando a maior parte das receitas da entidade. Em 2005 a ASSEMA movimentou, por meio da comercialização dos produtos das 305 famílias envolvidas, o equivalente a 2 milhões de reais. A renda média das pessoas envolvidas é estimada em 1,8 salários mínimos, o que é muito significativo para trabalhadores e trabalhadoras rurais do interior do Maranhão.

Os negócios sociais devem, além de gerar receitas, produzir efeitos políticos e sociais. Eles devem focar na identificação e valorização da causa social que representam, devem demonstrar que o bem produzido ou serviço prestado é fruto do trabalho social de um grupo em busca de inclusão social, visando por fim, interesse público.

4.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A consciência de responsabilidade social empresarial no Brasil teve certas instituições como protagonistas desta história e como catalisadores importantes e diretamente responsáveis pelo despertar desta consciência. A pioneira dessas instituições foi o Grupo de Instituições, Fundações e Empresas (GIFE), surgida em 1989, e formalizada em 1995 e o Instituto Ethos criado em 1998.

O GIFE foi a primeira associação da América do Sul a reunir organizações de origem privada que financiam ou executam projetos de interesse público. Em 2007-2008, seus 116 associados investiram R\$1,15 bilhão em ações, programas e projetos próprios ou de terceiros, de acordo com o Censo GIFE realizado.

O Instituto Ethos, criado em 1998, é uma organização não-governamental e tem como objetivo auxiliar as empresas a incorporar o conceito de responsabilidade social empresarial. Possui atualmente 1298 associados – empresas de diferentes setores e portes – têm faturamento anual correspondente a aproximadamente 35% do PIB brasileiro e empregam cerca de 2 milhões de pessoas. O Instituto busca sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, colaborando assim para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Segundo definição do Instituto ETHOS:

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

A responsabilidade social inclui o chamado Investimento Social Privado, que é o repasse de recursos por parte do setor empresarial a uma ação social que normalmente é coordenada por uma entidade do terceiro setor. Segundo uma pesquisa realizada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa econômica aplicada), 69% das empresas analisadas em 2004, aproximadamente 600 mil empresas atuavam voluntariamente. No ano de 2004 essas empresas aplicaram 4,7 bilhões de reais, sendo que esse valor correspondia à aproximadamente 0,27% do PIB brasileiro que no ano de 2004 foi de R\$1,7 trilhão, de acordo com os dados do IBGE.

Importante lembrar que com a discussão sobre os limites do papel do estado e da sociedade e com a penetração da ideologia neoliberal concomitante com o crescimento do movimento da sociedade civil e a globalização comercial a necessidade de realização de investimentos sociais torna-se evidente.

Porém muitas empresas preferem promover projetos próprios para que dessa forma o investimento social realizado sirva como instrumento de marketing, fortalecendo a imagem da empresa.

No Censo GIFE 2007/2008 uma das conclusões foi de que cada vez mais o investidor corporativo é mais operador de seus próprios projetos do que financiador de projetos de terceiros, buscando focar no curto prazo e concentra suas ações em áreas mais relacionadas a suas atividades.

Mas os recursos empresariais são de grande importância para a sustentabilidade de diversas entidades do terceiro setor.

Mas é importante lembrar que o apoio empresarial não é recebido em muitas áreas, principalmente naquelas que visam proteger minorias ou que tratam de temas conflituosos e politicamente sensíveis como por exemplo: luta pela terra, crítica à práticas comerciais desleais, AIDS, exploração sexual infantil, entre outras..

ARMANI (2008, p. 166) destaca que:

A questão central numa agenda de diálogo estratégica entre setor empresarial e ONGS e movimentos sociais deve ser a necessidade do fortalecimento da capacidade do Estado para promover políticas sociais com qualidade e eficiência. Isso porque qualquer possibilidade de enfrentamento efetivo de problemática social no país depende de escala, acesso e universalidade, condições que somente as políticas públicas podem assegurar.

Para fomentar o investimento de empresas em ações sociais, o governo concede uma série de incentivos fiscais, como por exemplo a dedução no Imposto de Renda, conforme as seguintes situações:

Dedução do Imposto de Renda, no valor de até 2% do lucro operacional (desde que empresa doadora seja tributada pelo regime de apuração de lucro real), quando realizar doações a organizações sem fins lucrativos nacionais, que prestam serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica ou da comunidade onde atuem, ou quando realizar doações à OSCIP's regularmente constituídas.

Dedução do Imposto de Renda, no valor de até 1,5% do lucro operacional (desde empresa doadora seja tributada pelo regime de apuração de lucro real), quando realizar doações a instituições de ensino e pesquisa.

Dedução do Imposto de Renda (sendo esta dedução não pode exceder 4% do IR devido pela pessoa jurídica) de 40% do valor doado ou 30% do valor patrocinado, para à realização de projetos culturais, com previsão legal na Lei Rouanet (8.313/91).

A Lei 9.874/99 alterou a Lei Rouanet e trouxe benefícios especiais para determinados segmentos da área cultural que podem receber doações e patrocínios integralmente dedutíveis do Imposto de Renda. Mas ainda nesse caso é preciso enfatizar que permanecem o limite máximo para dedução previsto na lei Rouanet:4%.

As doações feitas aos Conselhos Municipais, Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente podem ser totalmente deduzidas do imposto de renda devido pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real até o limite de 1%, sendo vedado o abatimento da doação como despesa operacional.

Mesmo com o crescimento da idéia de responsabilidade social empresarial, uma das fontes de recursos mais importantes para as organizações do terceiro setor é o governo. No próximo tópico analisaremos a captação de recursos junto a esfera pública.

4.4 CAPTAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS

A transferência de recursos públicos a organizações da sociedade civil sofre influência da legislação vigente, do papel atribuído às entidades do terceiro setor nas políticas públicas, do ambiente político e econômico.

Importante enfatizar que a captação de recursos públicos tem tido papel fundamental no desenvolvimento de diversas ações oriundas do terceiro setor.

Vamos analisar as principais formas de captação de recursos públicos.

A transferência de recursos públicos para uma entidade de direito privado, ainda que sem fins lucrativos, poderá ser formalizada de forma direta através de auxílios e contribuições; subvenções; convênios; acordos ou ajustes; contratos; contratos de gestão e termos de parceria.

O governo pode ainda fomentar as atividades de organizações do terceiro setor de maneira indireta, isto é, com as imunidades tributárias previstas constitucionalmente e através das isenções previstas em outras leis.

Importante ressaltar que esses recursos públicos podem ser repassados tanto pelo governo federal quanto pelos governos estaduais e municipais.

Uma questão que deve ser levantada quando se fala em repasse de recursos públicos ao Terceiro Setor diz respeito à geração de uma suposta dependência em relação ao Estado que pode ser prejudicial ao desenvolvimento das organizações. Muitas organizações ao receberem esses recursos podem deixar de realizar críticas à atuação estatal, pois na verdade se encontrariam vinculadas à esfera governamental.

Dessa forma estaria ocorrendo uma omissão por parte dessas organizações. Cabe aqui ressaltar que a finalidade tanto do Terceiro Setor quanto do Governo é satisfazer o interesse público, o bem comum. Dessa forma esses repasses efetuados não podem servir como meio de evitar críticas por parte da sociedade.

As organizações sem fins lucrativos devem também fiscalizar a atuação estatal, sendo que as omissões estatais devem ser combatidas, pois os recursos públicos servem para atender ao interesse público e não fins particulares.

4.4.1 AUXÍLIOS, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES:

No Brasil ocorre a prática de fomento econômico direto através da concessão de auxílios, contribuições e subvenções.

Auxílios e contribuições: destinam-se a pessoas jurídicas de direito público ou privado sem fins lucrativos. Os auxílios são provenientes da Lei do orçamento, já as contribuições são autorizadas por lei especial e visam atender a ônus ou encargo assumido pela União. Esses recursos, por independerm de contraprestação em bens ou serviços, são denominados como despesas de capital (transferência de capital) no orçamento público.

Segundo ROCHA (2006, p.47):

O auxílio e as contribuições servem para custear despesas de capital, isto é, aquelas que podem gerar serviços, riquezas, e produzir um incremento no produto nacional. O auxílio difere das contribuições no que diz respeito ao diploma legal que lhe dá origem. O auxílio deriva diretamente da Lei de Orçamento e a contribuição deriva de lei especial. Cabe a entidade interessada apresentar um plano de aplicação dos recursos e pleitear a concessão de auxílio ou contribuição.

As subvenções são direcionadas para cobrir despesas de custeio tanto de entidades públicas quando privadas. São enquadradas como despesas correntes (transferências correntes) no Orçamento público.

De acordo com ROCHA (2006, p.46) “os recursos de subvenções destinam-se a pagar despesas das entidades com aluguel, folha de salários e conservação de bens. Em última análise servem para a manutenção e operação de serviços prestados pela entidade subvencionada”.

Podem ser subvenções econômicas ou sociais de acordo com o artigo 59 do decreto 93.872/1986 e artigo 12, parágrafo 3, da lei 4.320/1964.

As subvenções econômicas são destinadas a entidades privadas, com fins lucrativos. Devem ser autorizadas por lei especial.

As subvenções sociais independem de lei especial e são direcionadas a entidades públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural (de acordo com a Instrução Normativa STN nº 01/97, art. 1º, VIII) sem finalidade lucrativa que buscam prestar serviços na área de assistência social, médica e educacional. Independem da existência de legislação especial. Essa subvenção pode ser concedida sempre

que for mais econômico ao Governo conceder a subvenção do que realizar diretamente a prestação do serviço.

De acordo com ROCHA (2006, p.47) a entidade deve preencher alguns requisitos para receber a subvenção social: “dispor de patrimônio ou renda regular, o que demonstra que ela não pretende executar suas atividades com recursos exclusivos do poder público, e não dispor de recursos próprios suficientes à manutenção ou ampliação dos serviços da entidade subvencionada.”

A subvenção é, portanto mais restrita do que o auxílio, pois o destino dos recursos é limitado pela legislação.

4.4.2 CONVÊNIOS

Convênios constituem o meio jurídico eficaz e mais freqüentemente empregado para a realização, através de mútua cooperação, de serviços de interesse comum de órgãos e entidades da Administração pública e de outras entidades públicas ou privadas. Duas características são essenciais: mutua cooperação e interesse recíproco.

Essa mútua cooperação indica a necessidade de aporte de recursos de todas as partes envolvidas, mesmo que de forma desigual, mas com recursos economicamente mensuráveis.

Outro ponto interessante sobre o convênio é de que ele é um instrumento precário, isto é, sua extinção pode ocorrer antes do prazo estipulado sem cominação de penalidade a nenhuma das partes. O Supremo Tribunal Federal já proferiu decisão reconhecendo essa precariedade no RESP 119.256-9: “pela precariedade do convênio administrativo, seus beneficiários não têm direito à sua manutenção, nem muito menos direito adquirido a ela.”

BARBOSA (2004, p.32) faz a seguinte constatação sobre o convênio:

Na relação que se estabelece mediante convênio, o concedente é o órgão da administração pública federal; o conveniente – com o qual a administração federal pactua a execução do programa, projeto/atividade ou evento mediante a celebração do convênio – pode ser órgão público de qualquer esfera de governo ou organização particular responsável pela execução do objeto do convênio.

SZAZI (2006, p.106) ainda enfatiza que:

o regime jurídico do convênio autoriza a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, sendo, porém, obrigatória a estipulação, no corpo do convênio, do destino a ser dado aos bens na data da extinção do vínculo. Caso se opte por não mantê-los no patrimônio da União, poderão ser vendidos a valores de mercado ou doados – esta última hipótese é autorizada apenas se o destinatário for outro ente do poder público.

O convênio é instrumento utilizado para a execução descentralizada de qualquer programa de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco. A princípio pode ser celebrado com qualquer organização sem fins lucrativos, independentemente da titulação ou qualificação.

Os convênios dependem de prévia aprovação do plano de trabalho.

Importante ressaltar que nos convênios com previsão de transferência de recursos as parcelas serão liberadas segundo o cronograma de desembolso previamente aprovado e autorizado pela autoridade competente. Como o conveniado receberá recurso público, ele estará vinculado à utilização prevista no ajuste, isto é, nos fins previstos pelo convênio, por isso a entidade não governamental está obrigada a prestar contas de sua utilização, não só ao ente repassador da verba mas também ao Tribunal de Contas da União ou do Estado.

4.4.3 CONTRATOS DE GESTÃO

O contrato é previsto nos casos em que o Estado necessita de bens ou serviços, portanto não se aplica somente para entidades sem fins lucrativos. Todo contrato realizado com a administração pública necessita observar as regras das licitações, nas modalidades de concorrência pública, tomada de preços e convite.

Já o contrato de gestão foi uma novidade introduzida pela lei federal 9.637/1998, tem como objetivo a formação de parcerias para o fomento de organizações que prestam serviços públicos não exclusivos do Estado como ensino, pesquisa, cultura, saúde, proteção do meio-ambiente, entre outros. É dirigido exclusivamente para as entidades qualificadas como organizações sociais (OS). Para firmar um contrato de gestão, a organização deve ter sido previamente qualificada como OS pelo Ministério correspondente.

4.4.4 TERMOS DE PARCERIA

Termo de Parceria: foi introduzido pela lei 9.790/1999 e disciplinado pelo Decreto 3.100/1999, voltado para as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) pelo Ministério da Justiça. A idéia do termo de parceria é facilitar o desenvolvimento de projetos entre o Estado e entidades sem fins lucrativos, pois o Convênio era visto como extremamente burocrático e limitado.

O termo de parceria é calcado na idéia de transparência na gestão de recursos, cooperação e parceria na execução de projetos. A formação de parcerias responsáveis entre essas entidades e o setor público pode viabilizar programas sociais de alcance mais amplo e contribuir para a própria modernização do Estado brasileiro.

Apenas aquelas organizações que cumprirem os requisitos legais e sejam qualificadas como OSCIP's pelo Ministério da Justiça é que estão aptas a celebrar a parceria com o Poder Público. A lei 9.790/99 define quais as organizações não podem e quais podem receber a qualificação de Oscip.

ROCHA (2006, p.63) ressalta que:

Interessa-nos nesse estudo a parceria como meio de fomento à iniciativa privada de interesse público e, nesse caso, além da utilização do convênio ou do contrato de gestão existe a possibilidade de ser firmado o termo de parceria. Nesse sentido, para nós, a parceria é definida como o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculos de cooperação entre as partes, para fomento e a execução das atividades de interesse público.

O Termo de Parceria explicita quais os deveres da Oscip e também prevê as metas a serem alcançadas. A finalidade pública da Oscip deve ser descrita no termo, bem como no seu Estatuto.

Portanto todo o programa de trabalho, objetivos centrais, instrumentos e meios disponíveis devem estar detalhados, assim como as receitas e despesas a serem executadas.

É fundamental a definição de metas e resultados, assim como os prazos, todos esses aspectos devem estar definidos objetivamente no Termo de Parceria, para facilitar o controle das atividades da organização.

Para efetuar parceria pode o Poder Público selecionar a organização por meio de edital de concurso de projeto.

Também, como instrumento de controle social, exige-se a publicação do demonstrativo da execução física e financeira relativa ao programa de trabalhos executados pela entidade. Sendo que o demonstrativo constitui-se num dos principais parâmetros para o controle das Oscip's e das receitas orçamentárias públicas a elas destinadas quando da assinatura dos Termos de Parceria.

4.4.5 COMPARAÇÕES

O Termo de Parceria e o Contrato de Gestão possuem algumas vantagens em relação aos Convênios, pois o rigor na escolha da organização é maior nesses instrumentos, pois a organização é obrigada a assumir uma série de deveres para garantir maior transparência ao processo, como por exemplo, deve tornar público o relatório de atividades e as demonstrações financeiras para obter o título de OSCIP ou OS.

Outro aspecto relevante é que enquanto o Convênio é fiscalizado pelo Poder Público e pelo Tribunal de Contas, o Termo de Parceria é supervisionado também pelo Conselho Fiscal da OSCIP, por auditoria externa, de uma Comissão de avaliação e do Conselho de Políticas Públicas da área.

O Contrato de Gestão é supervisionado por um Conselho de Administração, composto de representantes do Poder Público e outras organizações civis e por uma Comissão de Avaliação composta por especialistas da área em questão.

Cabe salientar que tanto o Contrato de Gestão quanto o Termo de Parceria prevêm metas de resultados e indicadores que permitem o acompanhamento do impacto dessa parceria com o Estado.

4.4.6 IMUNIDADES E ISENÇÕES

As imunidades e isenções tributárias são formas indiretas de fomento econômico às organizações do terceiro setor.

MÂNICA (2005, p.150) define imunidade tributária como: “o conjunto de enunciados normativos que compõem a norma de competência e colaboram na delimitação do poder tributário do Estado através de qualificação expressa de

determinados fatos, pessoas e bens em relação aos quais o legislador é impedido de tributar”.

AMARO (2007,p.151) enfatiza que:

O fundamento das imunidades é a preservação de valores que a Constituição reputa relevantes (a atuação de certas entidades, a liberdade religiosa, o acesso à informação, a liberdade de expressão etc.), que faz com que se ignore eventual (ou efetiva) capacidade econômica revelada pela pessoa (ou revelada na situação), proclamando-se independentemente da existência dessa capacidade, a não-tributabilidade das pessoas ou situações imunes.

Importante lembrar que as imunidades atuam no plano da competência tributária prevista na Constituição Federal.

Já a isenção difere da imunidade, pois é na realidade uma dispensa ao pagamento do tributo. Segundo AMARO (2007, p.152): “Já a isenção atua noutro plano, qual seja, o do exercício do poder de tributar: quando uma pessoa política competente exerce esse poder, editando lei instituidora do tributo, essa lei pode, usando técnica da isenção, excluir determinadas situações, que, não fosse a isenção, estariam dentro do campo da incidência da lei de tributação, mas, por força da norma isentiva, permanecem fora desse campo.”

Diante das situações expostas podemos vislumbrar que a captação de recursos públicos tanto direta quanto indiretamente possui grande importância no âmbito das organizações do terceiro setor.

ARMANI (2008, p.135) ressalta que:

Dada a crescente importância da inter-relação entre setor público e setor não governamental, é de se lamentar a precariedade de informações confiáveis acerca dos convênios, contratos e termos de parceria estabelecidos, especialmente, pelo governo federal. Os setores mais conservadores da grande mídia se utilizam disso para gerar um clima de desconfiança da população em relação às ONGs de defesa de direitos e aos movimentos sociais, não por acaso os sujeitos políticos que mais criticam as elites e a situação do país.

Através das informações prestadas pela secretaria de Orçamento Federal podemos verificar a evolução dos valores transferidos pelo Governo Federal às Organizações sem fins lucrativos.

Tabela 1. Despesas Primárias do Governo Federal pela Ótica do Uso – R\$ em Milhões Correntes – Período de 2000 a 2007:

Descrição	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
1. Transferências ao Setor Privado	2.580,1	3.640,4	3.474,3	4.068,4	3.998,9	6.036,3	6.760,5	7.592,0
1.1 Subsídios e Subvenções econômicas	1.710,2	2.361,2	2.121,8	2.599,4	2.556,7	3.801,5	4.745,4	5.021,4
1.2 transferências a Inst. Privadas sem fins lucrativos	869,9	1.279,2	1.352,5	1.469,1	1.442,1	2.234,8	2.015,1	2.390,7

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal – Ministério do Planejamento. Evolução período de 2000-2007. Site www.planejamento.gov.br, acesso em novembro de 2009.

Além dos subsídios e subvenções econômicas, o Governo Federal realiza a transferência de recursos para organizações sem fins lucrativos. A evolução desses valores é evidente, do ano de 2000 à 2007, as transferências passaram de R\$869.000,00 mil reais para R\$ 2.390.000,00 milhões.

A Receita Federal também disponibiliza um Demonstrativo de gastos governamentais indiretos de natureza tributária referentes aos tributos federais administrados por ela. Esses “gastos tributários” são na verdade todas e quaisquer situações que promovam: presunções creditícias, isenções, anistias, reduções de alíquotas, deduções ou abatimentos e adiamentos de obrigações de natureza tributária.

Analisando o demonstrativo do ano de 2008 podemos verificar como as organizações privadas sem fins lucrativas são beneficiadas por esses “gastos tributários” realizados pelo Governo Federal.

No demonstrativo está descrito o seguinte conceito de gasto tributário:

Gastos tributários são gastos indiretos do governo realizados por intermédio do sistema tributário visando atender objetivos econômicos e sociais. São explicitados na norma que referencia o tributo, constituindo-se uma exceção ao sistema tributário de referência, reduzindo a arrecadação potencial e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte. Têm caráter compensatório, quando o governo não atende adequadamente a população dos serviços de sua responsabilidade, ou têm caráter incentivador, quando o governo tem a intenção de desenvolver determinado setor ou região.

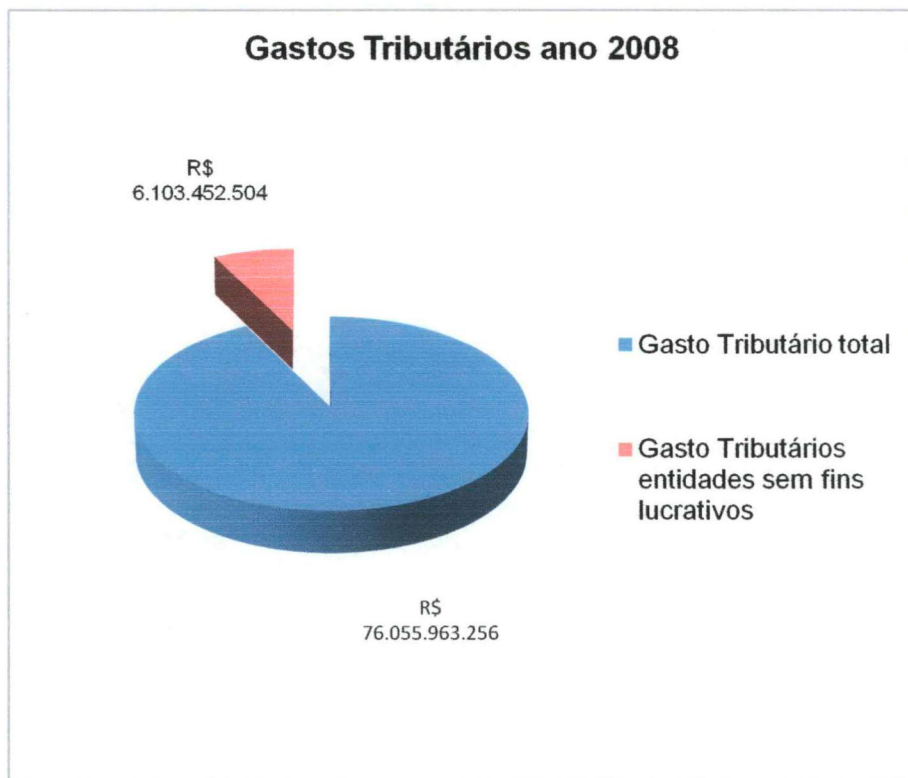
Tabela 2. Gastos Tributários Direcionados às Entidades Sem Fins Lucrativos :

Função Orçamentária	Benefício	Previsão 2008	Total (R\$)	%
Assistência Social	Entidades sem fins lucrativos Associação civil	1.347.196.772	2.164.289.552	35,47
	Entidades sem fins lucrativos Filantrópica	817.092.780		
Saúde	Entidades sem fins lucrativos Assistência Social	1.669.635.165	1.669.635.165	27,35
Educação	Entidades sem fins lucrativos Educação	1.837.051.564	1.837.051.564	30,09
Cultura	Entidades sem fins lucrativos Cultural	109.059.901	109.059.901	1,7869
Ciência e Tecnologia	Entidades sem fins lucrativos Científica	127.205.929	127.205.929	2,084
Desporto e Lazer	Entidades sem fins lucrativos Recreativa	196.210.393	196.210.393	3,214
			6.103.452.504	100

Fonte: Receita Federal do Brasil, Demonstrativo de Gastos Tributários. Dados de 2008. Site www.receita.fazenda.gov.br, acesso em outubro de 2009.

Observamos que as entidades sem fins lucrativos ligadas à Assistência Social são as mais beneficiadas pelos Gastos Tributários efetuados pelo Governo Federal, correspondendo à aproximadamente 35% do total de gastos tributários efetuados diretamente com essas organizações. Em segundo lugar estão as Organizações ligadas à área educacional que absorvem aproximadamente 30% desses benefícios.

Figura 1. Comparação do Valor Total de Gastos Tributários Com Aqueles Específicos Para Entidades Sem Fins Lucrativos:



Fonte: Receita Federal do Brasil, Demonstrativo de Gastos Tributários. Dados de 2008. Site www.receita.fazenda.gov.br, acesso em novembro de 2009.

Os gastos tributários para o ano de 2008 foram estimados em R\$ 76.055.963.256 bilhões, representando 2,77% do Produto Interno Bruto e 16,51% das receitas administradas pela RFB.

Os gastos tributários direcionados às Organizações sem fins lucrativos representam 8,02% do total de gastos tributários no âmbito federal realizados no ano de 2008.

Portanto podemos verificar que o somatório das isenções, imunidades, incentivos que o Governo Federal proporciona ao Terceiro Setor é significativo, representando 8,02% do total de benefícios tributários indiretos concedidos ao conjunto dos demais beneficiários.

A elevação do apoio público às entidades do Terceiro Setor levanta algumas preocupações sobre a autonomia dessas entidades em relação ao Governo. Relevante lembrar que a deliberação sobre a alocação de recursos é uma prerrogativa do Poder executivo. Portanto, o grau de identificação entre as organizações e a base governista acaba influenciando o acesso aos recursos públicos.

Outra questão importante é que a maioria dos instrumentos de cooperação firmados entre o Governo e as entidades do terceiro setor são celebrados sem a prévia realização de qualquer procedimento seletivo, o que acaba maculando a transparência dessa parceria. Isso acaba abrindo margem para o favorecimento indevido de algumas organizações mal-intencionadas.

5 ANÁLISE DOS CENSOS REALIZADOS SOBRE O TERCEIRO SETOR

Uma questão que traz certa preocupação é o fato de que as informações sobre o terceiro setor são escassas, principalmente quando se fala em termos quantitativos. É possível obter alguns dados esparsos, mas a verdadeira dimensão desta atuação é difícil de mensurar.

No ano de 2005 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA divulgaram um estudo sobre as Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil, relativo ao ano de 2005. Este trabalho foi realizado, pela primeira vez, para o ano base de 2002 e teve o objetivo de analisar a distribuição espacial e o campo de atuação das entidades associativas e fundações.

Neste trabalho realizamos a análise de dois censos municipais por apresentarem dados mais recentes e por fornecerem dados quantitativos mais específicos referentes à origem dos recursos captados pelas organizações do Terceiro Setor.

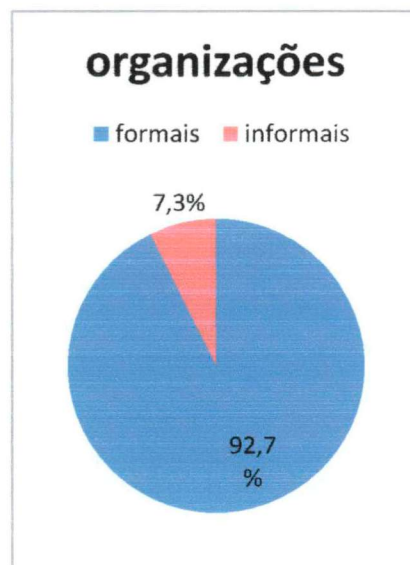
O Censo de São Bernardo do Campo realizado pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, e o Censo de Belo Horizonte realizado pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA USP) trazem alguns dados significativos.

5.1 Censo sobre o Terceiro Setor em São Bernardo do Campo/SP

O Censo do Terceiro Setor teve como objetivo gerar dados empíricos das organizações do terceiro setor que atuam no município de São Bernardo do Campo, tendo sido concluído no ano de 2008. Os dados foram coletados através do preenchimento de formulário pelas organizações, tornando possível então a mensuração de variáveis econômicas estratégicas do terceiro setor de São Bernardo do Campo, tais como a sua atividade econômica principal, receitas, aplicação dos recursos, fontes de financiamento, geração de emprego e renda, áreas de atuação, público-alvo, nível educacional e remuneração de seus colaboradores diretos.

No Censo de São Bernardo do Campo foram pesquisadas 830 organizações de um total de 1572, sendo que desse total 120 organizações se recusaram a participar, 422 não foram localizadas ou estavam fechadas e 200 não pertenciam ao terceiro setor pelas características consideradas no trabalho. De acordo com o gráfico a seguir, a maior parte dessas organizações, cerca de 92,7% (769 organizações), são formais, possuindo estatuto e registro no Ministério da Fazenda, com CNPJ registrado. Aproximadamente 7,3% do total (61 organizações) são informais.

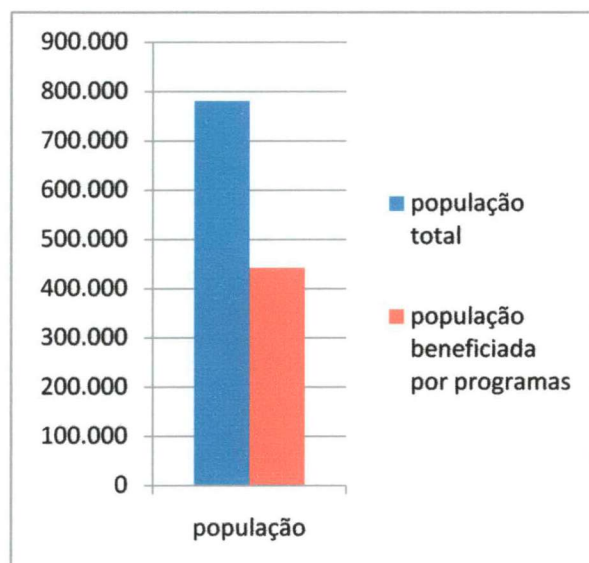
Figura 2. Organizações Formais e Informais:



Fonte: Dados do Censo do Terceiro Setor de São Bernardo Campo/SP, 2008.

De acordo com o gráfico abaixo é possível verificar que da população de 781.390 mil habitantes, 442.927 mil pessoas eram beneficiadas através de 937 projetos sociais.

Gráfico 1. Comparativo entre População Total e Parcela Beneficiada por Programas Desenvolvidos Pelas Organizações do Terceiro Setor:



Fonte: Dados do Censo do Terceiro Setor de São Bernardo do Campo/SP, 2008.

Importante enfatizar que o Censo não explicitou de que forma essa parcela da população foi beneficiada, não foi possível concluir se esses benefícios foram auferidos de forma direta ou indireta. É provável que os beneficiários de alguns programas sociais o sejam de múltiplos programas simultaneamente.

Em termos de recursos movimentados pelo terceiro setor, o Censo apresentou resultados significativos, ressaltando que o montante de recursos direcionados ao terceiro setor chega à R\$ 380 milhões no ano de 2007, correspondendo à 12% do orçamento municipal e 1,95% do PIB (Produto Interno Bruto) municipal.

Tabela 3. Origem dos Recursos:

Fonte de recursos	Nacional(R\$)	Internacional (R\$)	Total (R\$)	% Fonte	% total
Recursos Públicos	19.619.021	0	19.619.021	100	5,16
Governo municipal	16.050.943	0	16.050.943	81,8	4,22
Governo Estadual	2.392.839	0	2.392.839	12,2	0,63
Governo Federal	1.175.239	0	1.175.239	6,0	0,30
Doações	17.643.336	1.258.464	18.901.800	100	4,98
Pessoa Física	5.277.124	0	5.277.124	27,9	1,38
Pessoa Jurídica	11.177.647	0	11.177.647	59,1	2,94
Organização Filantrópica	1.188.565	1.258.464	2.447.029	12,9	0,64
Recursos Próprios	341.286.819	0	341.286.819	100	89,86
Aplicação Financeira	183.540.886	0	183.540.886	53,8	48,32
Retorno Fin. s/ patrimônio próprio	23.017.869	0	23.017.869	6,7	6,06
Eventos	2.389.679	0	2.389.679	0,7	0,62
Associados	30.085.289	0	30.085.289	8,8	7,92
Vendas de Prod. e Serviços	2.852.089	0	2.852.089	0,8	0,75
Outros	99.401.007	0	99.401.007	29,1	26,17
Total	379.549.176	1.258.464	379.807.640		100

Fonte: Dados do Censo do Terceiro Setor de São Bernardo do Campo/SP, 2008

A análise da tabela acima nos traz informações relevantes e surpreendentes sobre o terceiro setor no município de São Bernardo do Campo. Vislumbramos que os recursos próprios alcançam 89,86% dos recursos movimentados pelo setor. Os recursos públicos e as doações representam aproximadamente 10% dos recursos.

Dos recursos repassados pelo Governo notamos que a maior parcela é repassada pelo governo municipal. Portanto a esfera municipal, repassando aproximadamente 81,8% dos recursos públicos demonstra que existe certo comprometimento com as atividades desenvolvidas pelo terceiro setor.

Sobre as doações realizadas percebe-se que as pessoas jurídicas são as principais doadoras respondendo por 59,1% do total de recursos doados.

Importante ressaltar que somente no item doações notamos a presença de transferência estrangeira de recursos, correspondendo à aproximadamente 12% do total de doações realizadas.

Os recursos próprios que representam a principal fonte de receitas do terceiro setor no município indicam como fonte principal as aplicações financeiras (54%), em segundo lugar aparece a rubrica Outros, que significa que as organizações preferiram não especificar as origens. Os associados e o retorno financeiro sobre o capital próprio são a terceira maior fonte de recursos. Observamos na tabela que os produtos e serviços da própria organização e os eventos realizados, itens que cada vez mais estão sendo implementados para geração de renda, não possuem grande destaque na geração de recursos próprios.

As particularidades da fonte de recursos das organizações de São Bernardo do campo, que se diferencia e muito da realidade da captação de recursos das organizações no âmbito nacional, foram explicadas no Censo com a seguinte justificativa: Em torno de 91% do total de recursos movimentados estão concentrados em seis (6) grandes instituições, sendo 88% geridos por duas Fundações.

Mas ao visualizar a Tabela de Origem de Receitas para as Organizações com menos de R\$ 5 milhões de receita ocorrem algumas modificações:

Tabela 4. Origem de Recursos das Organizações com menos de R\$ 5 milhões de Reais de Receita:

Fonte de recursos	Nacional(R\$)	Internacional (R\$)	Total (R\$)	% Fonte	% total
Recursos Públicos	9.075.326	0	9.075.326	100	25,5
Governo municipal	6.252.080	0	6.252.080	68,9	17,5
Governo Estadual	2.392.839	0	2.392.839	26,5	6,7
Governo Federal	430.407	0	430.407	4,7	1,2
Doações	8.446.890	1.258.464	9.705.354	100	27,2
Pessoa Física	5.259.733	0	5.259.733	54,2	14,8
Pessoa Jurídica	2.308.623	0	2.308.623	23,8	6,5
Organização Filantrópica	878.534	1.258.464	2.136.998	22,0	6,0
Recursos Próprios	16.863.258	0	16.863.258	100	47,3
Aplicação Financeira	341.528	0	341.528	2,0	1,0
Retorno Fin. s/ patrimônio próprio	576.799	0	576.799	3,4	1,6
Eventos	2.378.491	0	2.378.491	14,1	6,7
Associados	9.325.289	0	9.325.289	55,3	26,2
Vendas de Prod. e Serviços	2.852.089	0	2.852.089	16,9	8,0
Outros	1.329.052	0	1.389.052	8,2	3,9
Total	35.385.474	1.258.464	35.643.938		100

Fonte: Dados do Censo do Terceiro Setor de São Bernardo do Campo/SP, 2008.

Esta tabela com a fonte de recursos das organizações médias e pequenas de São Bernardo do Campo traz algumas significativas diferenças com a tabela anterior. Os recursos próprios continuam sendo a maior fonte de receitas, sendo que a venda de produtos e serviços próprios, a realização de eventos e a ajuda dos associados correspondem à aproximadamente 86% dos recursos próprios. Sendo que tais informações demonstram o esforço que as pequenas e médias organizações realizam para alcançar sua autonomia financeira.

As doações participam com 27% dos recursos apurados e o apoio do Governo aparece mais relevante com 25% dos recursos. Nas doações, aquelas realizadas por pessoas físicas superam às doações realizadas por pessoas jurídicas.

No que diz respeito aos recursos públicos repassados ao Terceiro Setor, observamos que a esfera municipal continua sendo a mais significativa.

O Censo realizado se torna ferramenta fundamental para uma análise mais apurada do papel do Terceiro Setor, ainda que tenha o foco num município específico, nos traz a idéia dos recursos movimentados, caracterizando sua importância no desenvolvimento de políticas públicas que podem certamente contribuir para o desenvolvimento de toda a sociedade.

5.2 Diagnóstico do Terceiro Setor de Belo Horizonte/ MG

No município de Belo Horizonte, Minas Gerais, também foi realizado um trabalho no sentido de mapear as atividades do Terceiro Setor, este trabalho foi desenvolvido no ano de 2006 e 2007, coordenado pelo Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor (CAOTS) do Ministério Público de Minas Gerais e foi designado como Diagnóstico do Terceiro Setor de Belo Horizonte.

Foram realizados 1.343 questionários, sendo que 22 foram cancelados, portanto o universo de pesquisa foi de 1.321 Organizações.

Sobre a distribuição de receitas foram coletados os seguintes dados:

Tabela 5. Distribuição das Receitas nas Organizações sem Fins Lucrativos de Belo Horizonte:

Porte segundo faixa de receita	Frequência	Em reais (R\$)		
		Massa de recursos	Média	Mediana
Micro- de 0 até R\$120.000	732	21.456.174	29.312	6.000
Pequeno porte entre R\$120.000 e R\$750.000	218	62.767.109	287.923	228.501
Médio porte de R\$750.000 e R\$5.000.000	88	177.655.044	2.018.807	1.570.001
Grande Porte entre R\$5.000.000 e R\$30.000.000	32	419.680.016	13.115.001	11.450.001
Hiper acima de R\$30.000.000	26	2.589.300.019	99.588.462	99.000.01
TOTAL	1.096	3.270.858.361	2.984.360	42.001

Fonte: Diagnóstico do Terceiro Setor de Belo Horizonte/MG, 2007.

Podemos verificar que o número de organizações de pequeno porte é significativo. Mas em termos de recursos movimentados as hiper organizações estão no topo movimentando juntas R\$2.589.300.019, o que representa aproximadamente 79,16% do total de recursos.

O total de recursos movimentados por 1.096 entidades é de R\$ 3.270.858.361,00 bilhões.

De acordo com dados do levantamento do Produto Interno Bruto (PIB) do Municípios brasileiros realizado pelo IBGE, o município de Belo Horizonte teve um PIB de R\$28.786.329.000,00 bilhões. Portanto os recursos movimentados pelas organizações atuantes no terceiro setor representaram aproximadamente 11,36% do PIB municipal apurado para 2005.

As informações coletadas também demonstraram as principais fontes de recursos:

Tabela 6. Origens dos Recursos em Belo Horizonte:

FONTES DE RECURSOS	%
Recursos de origem governamental (convênios, subvenções, auxílios)	20%
Cobrança de taxas, contribuições, mensalidades	19,3%
Doações de indivíduos (bens para consumo ou financeiros)	16,5%
Venda de produtos (bens e mercadorias) ou serviços	5,4%
Recursos de igrejas, cultos, paróquias e congregações religiosas	5,0%
Recursos de Instituidores da Organização	4,9%
Doação de empresas (bens para consumo ou financeiros)	4,8%
Sorteios, bingos, quermesses, festas	3,0%
Outras fontes de geração própria de recursos	3,0%
Patrocínios de leis de incentivo à Cultura	2,4%
Patrocínios privados	1,7%
Rendimentos de patrimônio ou Capital Financeiro	1,5%
Outras fontes de recursos	12,4%
Total:	100%

Fonte: Diagnóstico do Terceiro Setor de Belo Horizonte/MG, 2007.

De acordo com a Tabela fica evidente a importância dos recursos públicos para as organizações pesquisadas, sendo que 20% dos recursos movimentados são provenientes dos cofres públicos.

A cobrança de taxas, mensalidades aparece em segundo lugar em importância, correspondendo a 19,3% dos recursos obtidos. Em terceiro lugar aparecem as doações realizadas que correspondem a 16,5% das receitas.

A venda de produtos e serviços da própria organização correspondem a 5,4% dos recursos.

Observamos que ainda existem outras fontes que não foram especificadas pelas organizações e que respondem por 12% dos recursos.

A conclusão que pode ser aferida é que o repasse de recursos públicos é essencial para as organizações de Belo Horizonte. Os valores apresentados na pesquisa não permitem identificar a origem (municipal, estadual ou federal) impedindo observar o percentual sobre o orçamento municipal.

5.3 Comparações

Ao analisar as pesquisas realizadas nos dois municípios é possível perceber que as organizações do Terceiro Setor participam ativamente na economia local, pois os dados coletados demonstram que os valores de recursos movimentados são significativos.

No caso de São Bernardo do Campo ficou evidente que a maior fonte de receita são os recursos próprios.

Em Belo Horizonte a situação é um pouco diferente, sendo que os recursos públicos representam a maior fonte de receita para as organizações, porém numa magnitude menor, seguido da cobrança de taxas e mensalidades.

As fontes de financiamento diferem, mas a conclusão mais importante é que os volumes de recursos movimentados são relevantes quando comparados com o PIB municipal.

Em São Bernardo do Campo os recursos representam 1,95% do PIB municipal, e em Belo Horizonte representam 11,36% do PIB municipal.

Esta diferença verificada na porcentagem do PIB para São Bernardo do Campo e Belo Horizonte pode ser explicada pelo fato de São Bernardo do Campo ter um relevante desempenho nos setores automobilístico e de autopeças. São Bernardo do Campo está entre os cinco municípios paulistas com a maior participação no valor adicional industrial do Estado de São Paulo, sendo que se encontra entre os 10 municípios com maior participação no PIB paulista.

É importante ressaltar que São Paulo é o Estado que possui maior participação no PIB nacional.

Destaca-se ainda que os dados fornecidos pelos Censos realizados são ferramenta essencial para socializar informações sobre o terceiro setor, bem como auxiliar na formulação de políticas públicas e determinar como e quanto as organizações podem auxiliar na implementação dessas políticas.

É necessário fomentar essas iniciativas para que as organizações de terceiro setor saiam das sombras e demonstrem o potencial que possuem para a construção de um País melhor. Dessa forma o Governo e até a iniciativa privada poderá confiar e tecer parcerias importantes com as organizações. As organizações

devem sair da clandestinidade e demonstrar que podem sim ser atuantes no cenário nacional.

As informações colhidas podem auxiliar a desmistificar as organizações sem fins lucrativos, para que dessa forma a população em geral deixe de olhá-las com desconfiança e passe a considerá-las fundamentais no cenário econômico e social.

CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho foi verificar a importância do terceiro setor no chamado gasto social, realizando uma análise de seu histórico, das organizações pertencentes a esse setor e suas principais características, enfatizando também a forma de captação de recursos dessas organizações que têm se destacado no âmbito econômico e social do País.

Para embasar todo o exposto no derradeiro capítulo foi realizada análise dos dados captados através dos Censos realizados em dois municípios brasileiros, um localizado em São Paulo e o outro em Minas Gerais. Através da análise chegamos às seguintes conclusões:

- 1) O Terceiro Setor cresceu muito no Brasil a partir da redemocratização do País, sendo que com o governo de Fernando Henrique Cardoso sua importância passou a ser mais destacada devido à tendência neoliberal que balizava as políticas governamentais;
- 2) As organizações contam com diferentes formas de captação de recursos como: doações de pessoas físicas, o empreendedorismo social, o investimento social privado e a captação de recursos públicos;
- 3) O Governo (federal, estadual e municipal) realiza o fomento das atividades do Terceiro Setor de forma direta, com o repasse de recursos ou de forma indireta através de imunidades e isenções;
- 4) Observa-se que o chamado Gasto tributário voltado às organizações sem fins lucrativos responde por 8,02% do total concedido pelo Governo;
- 5) As organizações atuam em diversas áreas e atingem parcela significativa da população, sendo que no Censo de São Bernardo do Campo fica claro que as ações realizadas atingem mais da metade da população;
- 6) Os recursos movimentados são significativos atingindo valores monetários superiores à milhões de reais, sendo que em São Bernardo do Campo representam 1,95% do PIB municipal e em Belo Horizonte alcançam aproximadamente 11,36%;
- 7) A pesquisa destaca que a principal fonte de receitas é proveniente de recursos próprios das organizações em São Bernardo do Campo, mas em Belo Horizonte a principal fonte são os recursos públicos;

- 8) As fontes de recursos nas pesquisas realizadas demonstram que o repasse de recursos públicos é predominantemente municipal;

O presente trabalho demonstra que conhecer o universo do terceiro setor, a sua localização, o tamanho de suas organizações, a fonte e valor de suas receitas e a forma de captação de recursos constituem-se em informações que são fundamentais para o fortalecimento do setor e para o sucesso de políticas intersetoriais de combate à pobreza e de melhoria das condições de vida da sociedade.

As estatísticas revelam um setor que além de desempenhar uma função social extremamente importante, assume a cada ano um papel econômico estratégico na movimentação de recursos, geração de renda, de emprego e no desenvolvimento das comunidades onde está presente.

A realização de Censos permite um avanço no conhecimento sobre o terceiro setor e a base de dados resultante torna-se estratégica para a formulação de políticas públicas inovadoras para a promoção do desenvolvimento econômico e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**. In: SADER, Emir; GENTILI, Plabo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 8.edição. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

ARMANI, Domingos. **Mobilizar para transformar: a mobilização de recursos nas organizações da sociedade civil**. São Paulo: Editora Peiropólis, 2008.

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 13.Edição. São Paulo: Saraiva, 2007.

BARBOSA, Maria N. L. **Os termos de parceria como alternativa aos convênios – Aspectos jurídicos**. In: SZAZI, Eduardo (org.). **Terceiro Setor: Temas Polêmicos 1**. São Paulo: Editora Peiropólis, 2004.

CASTRO, J. A. *et al.* **Gasto Social e Política Macroeconômica: Trajetórias e Tensões no período de 1995-2005**. Brasília: Ipea, 2008 (Texto para Discussão, n. 1324).

CARDOSO, Ruth. In: IOSCHPE, Evelyn (Org.). **Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado**. 3 edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

CARRION, Rosinha S. M. **Anais do I Encontro da UFPR sobre o Terceiro Setor**. NITS. Curitiba, 2003.

COELHO, Simone C. T. **Terceiro Setor: Um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. 3. Edição. São Paulo: Editora Senac, 2005.

DOWBOR, Ladislau; KILSZTAJN, Samuel (org). **Economia Social no Brasil**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

DRUCKER, Peter F. Administração de Organizações sem fins lucrativos. 4. Edição. São Paulo: Editora Pioneira, 1997.

FALCONER, Andres P. Anais do I Encontro da UFPR sobre o Terceiro Setor. NITS. Curitiba, 2003.

FERNANDES, Rubens C. In: IOSCHPE, Evelyn (Org.). Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. 3 edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FERNANDES, Rubens C. Privado porém Público: O terceiro setor na América Latina. 3. Edição. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil- 2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

IOSCHPE, Evelyn (et. ai.). Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado. 3 edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005..

LANDIM, Leilah. Ongs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina. Abong. São Paulo: Editora Peiropólis, 2002.

LANDIM, Leilah; BERES, Neide. As organizações sem fins lucrativos no Brasil: ocupações, despesas e recursos. Rio de Janeiro: Nau, 1993.

MÂNICA, F B. Terceiro setor e imunidade tributária: teoria e prática. Belo Horizonte: Fórum, 2005.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

RESENDE. F. Finanças Públicas. 2. Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2001.

RIFKIN, J. O fim dos empregos. São Paulo: Makron Books, 2001.

ROCHA, Sílvio Luís Ferreira da. Terceiro setor. 2.edição. São Paulo: Malheiros, 2006.

SEN, Amartya K. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVA, Maurício. Anais do I Encontro da UFPR sobre o Terceiro Setor. NITS. Curitiba, 2003.

SOARES, Laura Tavares. Prefácio da obra MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social. São Paulo: Cortez, 2002, p. 11.

SZAZI, Eduardo. Terceiro Setor: regulação no Brasil. 4. Edição. São Paulo: Editora Peiropolis, 2006.

SZAZI, Eduardo (organizador). Terceiro Setor: Temas Polêmicos 1. São Paulo: Editora Peiropólis, 2004.

TENÓRIO, Fernando G. (org). Gestão de ONGs: principais funções gerenciais. 10.edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

THOMPSON, André A. In: Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado. 3 edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

YUNNUS, Mohammad. Com Alan Jolis. O banqueiro dos pobres. 10 edição. Editora ática: São Paulo, 2006. Tradutora Maria Cristina Guimarães Cupertino.

Sites consultados:

<http://www.ethos.org.br> acesso em junho de 2009.

<http://www.GIFE.org.br> acesso em agosto de 2009.

<http://www.IBGE.gov.br> acesso em outubro de 2009.

<http://www.IPEA.gov.br> acesso em junho de 2009.

<http://www.planejamento.gov.br> acesso em novembro de 2009.

ANEXOS

ANEXO I: Tabela 1- Produto Interno Bruto a Preços Correntes e Produto Interno Bruto Per Capita, Segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios 2003-2006. IBGE (Tabela para visualização dos dados de Belo Horizonte).....64

ANEXO II: Tabela 8.1 Despesas Primárias do Governo Central pela ótica do Uso – R\$ milhões correntes. Secretaria Orçamento Federal (SOF).....65

ANEXO III: Quadro III – previsão dos gastos tributários 2008, por função orçamentária e por modalidade de benefício. Fonte: Receita Federal.....66

Tabela 1 - Produto Interno Bruto a preços correntes e Produto Interno Bruto *per capita*, segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios - 2003-2006

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios	Produto Interno Bruto							
	2003		2004		2005		2006 (1)	
	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)
Minas Gerais								
Ataléia	45 652	2 802	49 666	3 073	54 596	3 406	59 542	3 744
Augusto de Lima	23 360	4 736	25 068	5 149	25 804	5 371	26 322	5 553
Baependi	86 335	4 830	106 332	5 916	113 795	6 296	115 851	6 375
Baldim	31 170	3 865	33 820	4 208	37 593	4 692	40 792	5 108
Bambu	132 116	5 965	151 444	6 799	170 185	7 597	174 145	7 730
Bandeira	13 304	2 598	13 879	2 741	15 318	3 059	16 105	3 252
Bandeira do Sul	17 177	3 291	21 561	4 061	22 272	4 124	26 076	4 750
Barão de Cocais	204 376	8 298	299 352	11 983	374 827	14 796	414 392	16 136
Barão de Monte Alto	20 167	3 232	22 075	3 537	23 857	3 820	24 585	3 936
Barbacena	780 832	6 518	937 544	7 723	965 203	7 847	1 006 376	8 077
Barra Longa	21 162	3 017	23 047	3 359	24 470	3 647	25 733	3 924
Barroso	127 741	6 760	138 853	7 289	141 159	7 351	152 225	7 866
Bela Vista de Minas	30 700	3 086	37 870	3 796	37 307	3 729	41 468	4 134
Belmiro Braga	21 756	6 782	22 882	7 273	23 529	7 629	24 653	8 158
Belo Horizonte	23 197 223	9 973	27 189 964	11 567	28 786 329	12 119	32 725 361	13 636
Belo Oriente	409 003	19 820	451 472	21 548	439 051	20 643	444 949	20 615
Belo Vale	27 229	3 590	28 501	3 736	30 876	4 024	31 505	4 083
Berilo	42 930	3 334	62 848	4 892	55 488	4 329	51 141	3 998
Berizal	8 665	2 065	8 784	2 063	10 173	2 353	11 806	2 691
Bertópolis	11 733	2 738	12 939	3 050	14 993	3 571	16 642	4 003
Betim	10 598 286	29 359	13 056 078	34 694	14 600 036	37 272	18 731 824	46 024
Bias Fortes	13 566	3 224	14 134	3 401	15 863	3 865	16 389	4 045
Bicas	60 656	4 522	62 837	4 624	73 986	5 374	77 876	5 586
Biquinhas	15 162	5 560	15 666	5 800	17 770	6 645	17 077	6 449
Boa Esperança	229 442	5 929	290 143	7 410	272 235	6 872	340 946	8 508
Bocaina de Minas	15 930	3 187	15 061	3 010	16 669	3 329	17 517	3 495
Bocaiúva	188 421	4 265	219 208	4 918	244 377	5 435	277 734	6 124
Bom Despacho	291 996	6 987	354 280	8 373	398 844	9 312	411 228	9 486
Bom Jardim de Minas	26 870	3 948	26 544	3 874	28 922	4 193	31 231	4 498
Bom Jesus da Penha	29 163	7 750	44 970	11 739	43 170	11 069	49 180	12 397
Bom Jesus do Amparo	21 035	4 416	22 912	4 826	23 279	4 919	29 512	6 255
Bom Jesus do Galho	40 102	2 565	42 464	2 743	48 815	3 184	50 469	3 325
Bom Repouso	39 574	3 546	37 752	3 329	39 053	3 389	44 325	3 786
Bom Sucesso	84 731	4 897	102 095	5 878	111 204	6 378	105 158	6 008
Bonfim	24 812	3 682	22 828	3 406	28 161	4 224	30 226	4 558
Bonfinópolis de Minas	64 402	10 349	60 615	9 839	69 074	11 327	55 963	9 271
Bonito de Minas	13 424	1 675	15 178	1 884	17 905	2 210	19 025	2 336
Borda da Mata	69 111	4 471	77 098	4 896	92 218	5 751	103 369	6 333
Botelhos	68 788	4 454	111 507	7 176	89 279	5 710	117 629	7 477
Botumirim	15 279	2 289	15 593	2 351	18 623	2 827	19 201	2 935
Brás Pires	13 304	2 763	13 951	2 948	15 486	3 330	15 989	3 500
Brasilândia de Minas	88 019	7 430	105 553	8 831	127 551	10 578	116 927	9 613
Brasília de Minas	71 800	2 354	76 247	2 494	89 883	2 934	96 621	3 147
Brasópolis	70 621	4 485	73 885	4 644	72 107	4 485	79 986	4 925
Braúnas	58 824	11 848	82 571	17 060	95 629	20 286	87 014	18 957
Brumadinho	386 502	13 085	405 588	13 358	592 050	18 981	584 165	18 247
Bueno Brandão	40 867	3 719	47 217	4 290	51 032	4 630	53 923	4 885
Buenópolis	32 966	3 127	36 758	3 471	40 155	3 774	40 995	3 836
Bugre	8 578	2 252	9 108	2 417	10 956	2 937	11 627	3 151
Buritís	184 156	8 692	225 513	10 533	236 997	10 954	198 075	9 061
Buritizero	111 070	4 195	133 572	5 015	159 128	5 938	176 792	6 558
Cabeceira Grande	42 851	6 863	77 743	12 270	107 657	16 751	114 272	17 529

8.1. DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL PELA ÓTICA DO USO - R\$ milhões correntes

Descrição	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
1. Transferências a Entes Subnacionais	54.734,9	63.242,8	77.610,7	84.757,9	97.660,7	123.294,8	133.641,0	152.301,5	185.997,8
1.1. Por repartição de receita	35.965,1	42.309,4	51.907,4	57.811,5	63.695,4	84.353,2	90.595,6	102.560,1	128.507,2
1.2. Lei Kandir	3.864,0	3.583,5	3.982,2	3.900,0	4.300,0	5.200,0	3.900,0	3.900,0	5.200,0
1.3. FCFD	2.340,0	2.544,8	2.935,2	3.342,7	3.935,8	4.397,3	5.218,0	6.028,3	6.520,1
1.3.1. Custeio	28,0	44,8	26,0	170,0	228,9	348,0	383,1	421,9	437,8
1.3.2. Pessoal	2.312,0	2.500,0	2.909,2	3.172,7	3.706,9	4.049,3	4.834,9	5.606,4	6.082,3
1.4. Complementação Fundef	587,3	476,2	431,4	620,6	609,9	737,8	448,0	2.019,3	3.174,3
1.5. Pessoal dos ex-territórios	1.106,3	1.196,1	1.662,5	1.705,3	1.829,6	1.750,3	2.045,2	2.216,6	2.363,7
1.6. Discricionárias	10.872,2	13.132,8	16.692,1	17.377,7	23.290,0	26.856,2	31.434,3	35.577,2	40.232,5
1.6.1. Saúde	8.287,2	10.059,8	11.847,0	14.262,8	19.399,1	22.023,8	26.048,4	30.042,1	33.782,1
1.6.2. Educação	1.486,4	1.718,3	1.858,0	1.885,5	2.493,3	2.984,4	3.489,6	2.957,6	2.952,4
1.6.3. Demais	1.098,6	1.354,7	2.987,1	1.229,4	1.397,6	1.848,0	1.896,2	2.577,5	3.497,9
2. Transferências de Renda às Famílias	99.153,5	115.652,7	134.727,9	161.487,3	187.421,3	216.456,7	246.903,9	274.308,9	305.293,9
2.1. Previdência (inclusive sentenças judiciais)	65.224,2	75.364,8	86.559,6	107.835,9	126.020,7	146.839,7	166.314,3	183.075,8	201.423,7
2.2. LOAS / RMV	3.492,0	4.286,1	5.251,1	6.474,5	7.575,2	9.335,2	11.570,7	13.468,3	15.642,2
2.3. Abono e Seguro Desemprego	4.774,4	5.797,1	7.107,5	8.448,7	9.473,1	11.378,4	14.910,2	17.956,7	20.944,4
2.4. Servidores Inativos	25.331,2	29.389,6	32.919,7	34.858,9	38.542,5	41.913,8	46.141,6	50.538,5	56.341,2
2.5. Demais	331,7	815,1	2.890,0	3.869,2	5.809,7	6.989,6	7.967,1	9.269,7	10.942,3
3. Transferências ao Setor Privado	2.580,1	3.640,4	3.474,3	4.068,4	3.998,9	6.036,3	6.760,5	7.592,0	4.835,3
3.1. Subsídios e Subvenções Econômicas	1.710,2	2.361,2	2.121,8	2.599,4	2.556,7	3.801,5	4.745,4	5.201,4	2.537,7
3.2. Transf. a Inst. Privadas s/ fins lucrativos	869,9	1.279,2	1.352,5	1.469,1	1.442,1	2.234,8	2.015,1	2.390,7	2.297,6
4. Consumo do Governo	51.218,4	55.882,0	62.724,3	63.261,3	70.860,3	75.321,9	85.009,7	97.379,1	108.478,3
4.1. Servidores Ativos	28.934,0	30.831,8	36.430,9	38.090,2	43.565,1	44.310,0	51.469,9	57.255,2	66.459,2
4.2. Demais Poder Executivo	20.759,8	23.415,6	24.192,2	22.922,4	24.356,3	27.707,8	29.573,2	36.027,5	37.426,1
4.3. Leju + MPU	1.524,6	1.634,7	2.101,2	2.248,8	2.939,0	3.304,2	3.966,6	4.096,3	4.593,1
5. Investimentos e Inversões Financeiras	10.832,6	14.997,5	11.038,6	7.104,4	12.099,1	19.367,2	21.567,8	36.952,2	37.955,3
6. Demais	2.062,3	2.151,1	3.998,1	4.114,7	4.584,0	6.954,1	7.485,6	6.153,6	7.432,7
6.1. Sentenças Judiciais e Precatórios	2.016,6	2.067,8	1.879,8	2.029,2	2.683,3	2.782,1	3.977,2	3.936,5	4.905,2
6.1.1. Servidores Públicos	557,0	1.531,9	1.106,7	1.147,6	1.787,4	2.045,1	3.081,9	2.744,8	3.553,1
6.1.2. Outros Custeios (exclusive previdência)	1.459,6	535,9	773,1	881,6	895,9	737,1	895,2	1.191,7	1.352,1
6.2. Despesas correntes custeadas com doações	17,8	23,3	33,8	37,7	40,2	57,9	43,5	179,1	133,9
6.3. Proagro	27,9	60,0	160,8	30,0	20,0	936,1	463,0	50,0	109,0
6.4. Complementação FGTS	0,0	0,0	1.923,6	2.017,9	1.840,4	3.177,9	3.001,9	1.988,0	2.284,6
TOTAL	220.581,7	255.566,6	293.574,0	324.794,1	376.624,2	447.431,1	501.368,6	574.687,4	649.993,3



Receita Federal do Brasil

Coordenação-Geral de Previsão e Análise – Copan

Quadro III PREVISÃO DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS 2008 POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA E POR MODALIDADE DE BENEFÍCIO

(A PREÇOS CORRENTES)

Em R\$ 1,00

Função Orçamentária	Benefício Tributário	Previsão 2008 (R\$)	Total (R\$)	%
Legislativa				0,00
Judiciária				0,00
Essencial à Justiça				0,00
Administração				0,00
Defesa Nacional				0,00
Segurança Pública				0,00
Relações Exteriores				0,00
Assistência Social	Doações a Entidades Cíveis Sem Fins Lucrativos	126.226.946	3.802.906.542	5,00
	Entidades Sem Fins Lucrativos - Associação Civil	1.347.196.772		
	Entidades Sem Fins Lucrativos - Filantrópica	817.092.780		
	Deficiente Físico	26.838.002		
	Seguro de Vida e Congêneres	278.547.578		
	Declarantes com 65 anos ou mais - IRPF	1.207.004.463		
Saúde	Despesas Médicas do IRPF	3.086.253.584	8.903.632.069	11,71
	Assist. Médica, Odont. e Farm. a Empregados - IRPJ	1.965.056.159		
	Entidades Sem Fins Lucrativos - Assistência Social	1.669.635.165		
	Medicamentos	2.182.687.161		
Trabalho	Programa de Alimentação do Trabalhador	321.315.539	9.074.512.585	11,93
	Benefícios Previdenciários FAPI - IRPJ	1.509.640.238		
	Planos de Poupança e Investimento PAIT - IRPJ	120.044.877		
	Previdência Privada Fechada - IRPJ	2.794.249.111		
	Aposentadoria p/ moléstia grave ou acidente Trab.- IRPF	1.854.047.894		
	Pecúlio por morte ou invalidez - IRPF	204.257.854		
	Idenização por rescisão de contrato de trabalho - IRPF	1.743.994.090		
	Incentivo à Formalização do Emprego Doméstico	526.962.983		
Educação	Despesas com Educação - IRPF	1.347.210.420	3.525.110.195	4,63
	Entidades Sem Fins Lucrativos - Educação	1.837.051.564		
	PROUNI	325.793.318		
	Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa	15.054.893		
Cultura	Programa Nacional de Apoio à Cultura	857.285.802	1.107.822.318	1,46
	Atividade Audiovisual	141.476.615		
	Entidades Sem Fins Lucrativos - Cultural	109.059.901		
Direitos da Cidadania	Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente	202.395.524	444.651.942	0,58
	Horário Eleitoral Gratuito	242.256.418		
Urbanismo				0,00
Habitação	Operações de Crédito com Fins Habitacionais	171.974.495	1.012.054.116	1,33
	Associações de Poupança e Empréstimo - IRPJ	12.859.567		
	Prorrogação da Cumulatividade do PIS/COFINS na Construção			
	Cademeta de Poupança - IRPF	827.220.054		
Saneamento	REID – Regime Especial de Incentivos para o	215.901.158	215.901.158	0,00
	Desenvolvimento de Infra-Estrutura			
Gestão Ambiental				0,00
Ciência e Tecnologia	Máquinas e Equipamentos - CNPq	187.130.030	2.006.854.248	2,64
	PDTI/PDTA	2.540.000		
	Entidades Sem Fins Lucrativos - Científica	127.205.929		
	Pesquisa Tecnológica e Desenvolvimento de Inovação - IRPJ	267.416.730		
	Inclusão Digital	530.293.683		
	PADIS – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores			
	PATVD – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV digital			
	Desp. com Pesquisas Científicas e Tecnológicas - IRPJ	892.267.877		
	Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental	838.265.275		
	ADA	289.382.704		
Agricultura	ADENE	380.979.643	6.897.406.077	9,07
	FINOR	64.854.275		
	FINAM	8.619.009		
	FUNRES	488.907		
	Agricultura e Agroindústria	5.290.701.881		
	Operações de Créditos - Fundos Constitucionais	24.114.382		



Receita Federal do Brasil

Coordenação-Geral de Previsão e Análise – Copan

Quadro III PREVISÃO DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS 2008 POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA E POR MODALIDADE DE BENEFÍCIO

(A PREÇOS CORRENTES)

Em R\$ 1,00

Função Orçamentária	Benefício Tributário	Previsão 2008 (R\$)	Total (R\$)	%
Organização Agrária	Imóvel Rural	25.374.951	25.374.951	0,03
	Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental	3.733.177.740		
Indústria	Componentes de Embarcações	0		
	Setor Automobilístico	1.592.027.683		
	ADA	1.288.753.216		
	ADENE	1.696.676.180		
	FINOR	288.825.679		
	FINAM	38.384.378		
	FUNRES	2.177.327		
	Operações de Créditos - Fundos Constitucionais	107.392.345		
	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional	3.914.092.789	15.056.933.986	19,80
	Bens Novos Destinados ao Ativo Imobilizado de PJ Importadora			
	Estabelecida na Zona Franca de Manaus			
	Importação de matérias-primas, produtos intermediários			
	e materiais de embalagem - Zona Franca de Manaus			
	Matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem,			
	produzidos na Zona Franca de Manaus			
	Aliquotas Diferenciadas - ZFM			
	Petroquímica	545.009.720		
	Informática	1.850.416.928		
Comércio e Serviço	Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental	6.514.315.485		
	Áreas de Livre Comércio	76.078.788		
	Empreendimentos Turísticos	295.217		
	Bens Novos Destinados ao Ativo Imobilizado de PJ Importadora			
	Estabelecida na Zona Franca de Manaus			
	Mercadorias - Zona Franca de Manaus			
	Importação de matérias-primas, produtos intermediários			
	e materiais de embalagem - Zona Franca de Manaus			
	Matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem,			
	produzidos na Zona Franca de Manaus			
	Aliquotas Diferenciadas - ZFM			
Comunicações	Promoção de Produtos Brasileiros	3.763.273		
	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional	15.656.371.156		
	Máquinas e Equipamentos Destinados à Impressão			
Energia	de Jornais e Periódicos			0,00
	REID – Regime Especial de Incentivos para o	71.608.751		
	Desenvolvimento de Infra-Estrutura		139.993.841	0,18
Transporte	Biodiesel			
	Termoeletricidade	68.385.090		
	Extensão do RECAP aos Estaleiros			
	REID – Regime Especial de Incentivos para o	1.087.490.092	1.225.502.422	1,61
Desporto e Lazer	Desenvolvimento de Infra-Estrutura			
	TAXI	138.012.330		
Encargos Especiais	Incentivo ao Desporto	170.272.496	366.482.889	0,48
	Entidades Sem Fins Lucrativos - Recreativa	196.210.393		
Total		76.055.963.256		100,00